

POR UM PRIMEIRO DE MAIO DE SOLIDARIEDADE E UNIDADE

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA PATRIÓTICA

JA NAO É possível esconder a gravidade da situação criada para o nosso país com a cessão de nosso território para a instalação de bases militares americanas. Mal concluído o acôrdo humilhante sobre Fernando Noronha, anuncia-se a localização de uma nova base de teleguiados em Potengi, no Rio Grande do Norte, e prevê-se oficialmente que outras bases serão instaladas no Ceará e na Bahia. Ao confirmar estas informações, o chefe do Estado Maior geral das forças armadas, o general Otávio Mazza, não vacila em declarar que a construção de novas bases estrangeiras em nosso solo é «um assunto que se prende ao acôrdo de Fernando Noronha, não constituindo nenhuma novidade».

VALENDO-SE DOS termos premeditadamente dúbios da nota assinada pelo Itamarati, o governo do sr. Kubitschek permite que os americanos cubram o Norte e o Nordeste com uma rede sinistra de bases agressivas, atraindo ao nosso território a guerra atômica que eles desejam afastar do território dos Estados Unidos. Dado o primeiro passo no caminho da capitulação às exigências dos militaristas ianques, o governo vai se afundando, através de novas concessões, no despendhedeiro da traição aos interesses nacionais.

COM O OBJETIVO de investigar a validade desse ajuste que compromete a soberania nacional e a vida do povo, 188 deputados decidiram criar uma Comissão de Inquérito parlamentar sobre a política exterior. Nenhum governo que pretenda apoiar-se no povo e submeter seus atos ao julgamento da nação impediria o exame pelo Congresso dos acordos concluídos com um país estrangeiro sobre assunto de tanta gravidade. Se o governo do sr. Kubitschek está convicto de que não cometeu nenhum crime, nada tem a ocultar.

QUAL É, no entanto, a atitude do governo diante da Comissão de

Inquérito? Através de sua maioria parlamentar, realizando manobras de bastidores, o governo procura matar a comissão no nascedouro. São nomeados para constituir a maioria do órgão de inquérito homens de confiança dos círculos entreguistas, maculados de suspeição. E o líder do governo na Câmara já declarou, cinicamente, que a sua tarefa na Comissão será impedir que ela funcione. O governo procura fugir, assim, ao contróle do Congresso e da opinião pública para continuar realizando sua política entreguista.

MAS O PQVO brasileiro se dispõe a enfrentar e derrotar as manobras impatrióticas do governo do sr. Kubitschek. Anuncia-se para o dia 10 de abril a instalação solene da Comissão Nacional de Defesa de Fernando Noronha, que dirigirá em todo o país o movimento popular pela anulação do vergonhoso ajuste. Será lançado um manifesto à Nação, assinado por personalidades representativas de todos os setores da vida nacional, conclamando o povo brasileiro à luta contra a instalação de bases militares estrangeiras em nosso solo. Caravanas cívicas compostas de parlamentares, estudantes, líderes sindicais e intelectuais percorrerão todo o país, apelando à resistência patriótica contra a política entreguista do governo.

A VITÓRIA desse grande movimento está nas mãos do povo. É urgente a mobilização de todos os patriotas para impedir que se consuma a entrega de bases aos imperialistas ianques. É necessário que se organize por todo o país, da maneira mais ampla, o movimento popular em defesa de Fernando Noronha. Por meio da imprensa, de protestos à Câmara e ao Senado, de manifestações públicas, da ação das organizações populares, é possível levantar uma grande onda de indignação nacional que imponha a vontade do povo.

★ **VIBRANTE CHAMAMENTO DA FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL AOS TRABALHADORES DE TODOS OS PAÍSES - (Leia na Terceira Página)**



A JORNADA UNITARIA DE 1º DE MAIO DE 1956

VOZ OPERÁRIA

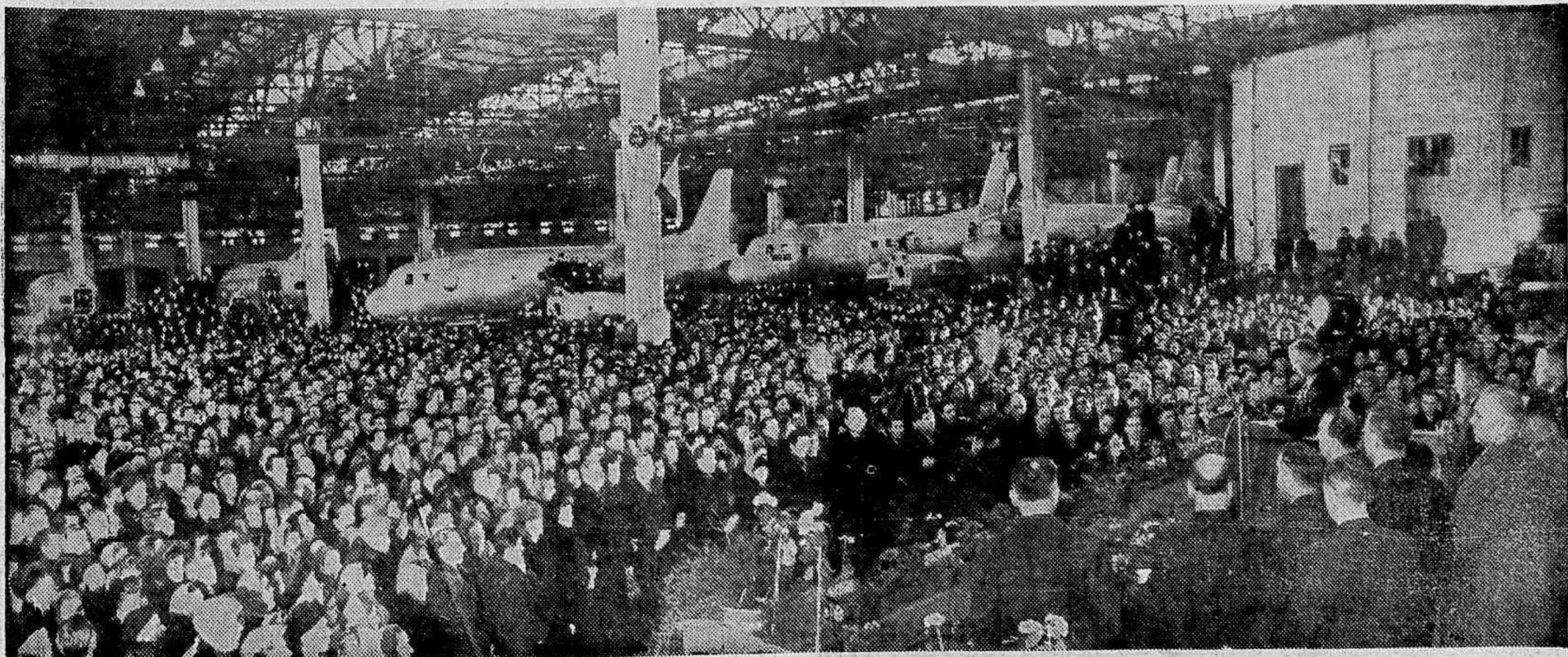
Nº 409 — RIO DE JANEIRO, 6 DE ABRIL DE 1957

Flagrantes da Democracia Soviética

(Reportagem na Décima Segunda Página)

Em Luta os Trabalhadores da Carris

(Reportagem na Décima Página)



Durante sua estada na União Soviética, a delegação de personalidades do governo e do Partido da República Popular Húngara visitou empresas e esteve em contacto com o povo soviético. No clichê vemos um aspecto da grande assembleia realizada na Fábrica de Aviação de Moscou em homenagem à delegação húngara. (Foto da agência TASS).

Conferência Política Consultiva do Povo Chinês

REFORÇAR A UNIDADE DO CAMPO SOCIALISTA, COM A UNIÃO SOVIÉTICA COMO SEU CENTRO

Encerrou-se à 20 de março a segunda reunião nacional da Conferência Política Con-

sultiva do Povo Chinês, com a participação de 621 representantes. Os trabalhos foram abertos numa sessão conjunta com a Conferência Suprema do Estado, durante a qual o presidente Mao Tse Tung pronunciou um importante discurso, seguido de uma explanação do vice-presidente do Conselho de Mi-

nistros Li Fu Chun, sobre o plano quinquenal. Os debates tiveram início após a leitura do Informe do Primeiro Ministro Chou En Lai sobre a situação internacional e sobre a sua visita a onze países da Ásia e da Europa, do qual já tivemos ocasião de publicar alguns dos tópicos mais importantes. Quarenta e quatro por cento dos participantes fizeram uso da palavra, numa discussão extremamente eficaz e construtiva. Foram estudadas questões as mais diversas, como a execução do plano quinquenal, a política externa, as relações entre comunistas e não comunistas, problemas relativos à saúde pública, à educação e cultura, à justiça etc.

Entre as quatro resoluções principais adotadas, destaca-se a resolução política, em nove pontos, que transcrevemos a seguir.

«AS RELAÇÕES DE CLASSE NA CHINA MODIFICARAM-SE EM FAVOR DA INDUSTRIALIZAÇÃO SOCIALISTA»

1 — O alívio da tensão internacional, as realizações na transformação socialista e as modificações fundamentais verificadas nas relações de classes proporcionam condições favoráveis à criação da mais ampla unidade, interna e externa, para a construção de uma China socialista industrializada.

2 — Ao mesmo tempo em que se deve dar o devido lugar à indústria leve e à agricultura, a prioridade deve continuar a caber à indústria pesada. Ao passo que a produção se desenvolver, o padrão de

vida do povo deve melhorar. Deve ser praticada a poupança.

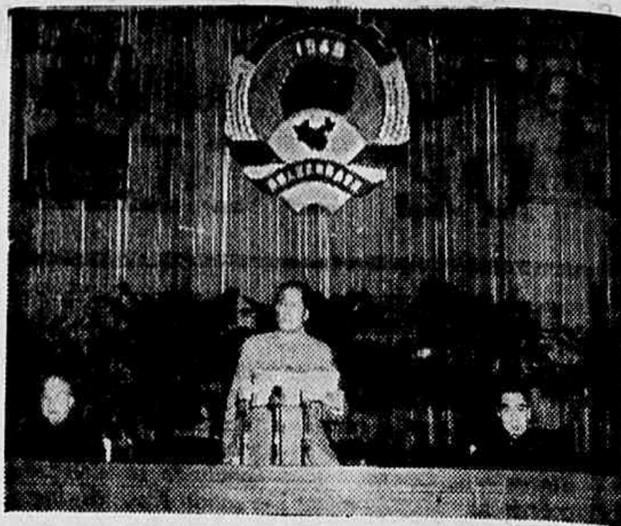
3 — As contradições no seio do povo sob o socialismo, e as contradições entre o povo e os seus inimigos, diferem fundamentalmente. As primeiras, inclusive as contradições de classes (existentes na China) entre os trabalhadores e os industriais e homens de negócios, devem ser tratadas do ponto de vista da unidade e da crítica, e devem resolver-se em mais forte unidade, numa nova base. A democracia deve ser ampliada para tornar mais sã a vida política do país, a burocracia deve ser superada, e o sistema legal aperfeiçoado.

4 — O princípio de encorajar a competição entre as diferentes escolas deve ser conduzido de modo a fomentar a educação, a ciência, a medicina, as artes, a imprensa e a literatura. Simultaneamente, o marxismo-leninismo deve ser amplamente divulgado.

«A UNIDADE ENTRE OS PAÍSES SOCIALISTAS DEVE SER ROBUSTECIDA»

5 — A unidade entre os países socialistas deve ser robustecida, acompanhando o reajustamento das relações entre eles. A unidade dentro do campo socialista, com a União Soviética como seu centro, deve continuar a ser reforçada.

6 — A cooperação pacífica entre os países da Ásia e da África está crescendo, e o espírito de Bandung produzindo resultados cada vez maiores. Os fatos mostram que, através da adesão aos cinco princípios da coexistência pacífica, as divergências internacionais podem ser resolvidas por ne-



Flagrante da recente Conferência Política Consultiva do Povo Chinês, vendo-se o Presidente Mao Tse Tung quando discursava, ladeado pelo sr. Li Chi-Shen, presidente do Comitê Revolucionário do Kuomintang, e o primeiro-ministro Chu-en-Lai.

gociações. Os países da África e da Ásia devem unir-se, pela independência e pela paz. Devem ser desenvolvidas relações normais com os países que ainda não têm relações diplomáticas formais com a China.

«NÃO DEVE SER ENFRAQUECIDA A VIGILÂNCIA CONTRA A POLÍTICA AGRESSIVA E EXPANSIONISTA DOS ESTADOS UNIDOS»

7 — A Conferência Política do Povo Chinês opõe-se fortemente à política agressiva e expansionista seguida pelos Estados Unidos da América. Essa política ameaça a paz mundial, a independência de numerosos países, e a segurança de muitos outros. A vigilância con-

tra essa política não deve ser enfraquecida.

8 — A China sempre advogou a coexistência pacífica entre nações de sistemas sociais diferentes, e a solução das divergências internacionais por meio da negociação, em lugar do emprego de força militar. A China deseja assegurar a não ingerência entre nações de sistemas sociais diferentes, a fim de estabelecer a paz coletiva e a competição pacífica.

9 — A Conferência Política Consultiva do Povo Chinês apela para as autoridades de Taiwan (Formosa) a fim de que despertem para as necessidades patrióticas e realizem a libertação pacífica de Taiwan. O apelo pela libertação pacífica de Taiwan já teve um significativo e crescente efeito entre o povo e nos círculos de Kuomintang.

SETE dias NO MUNDO

ATROCIDADES NA ALGERIA

Estão despertando profunda indignação na França as denúncias de atrocidades cometidas pelas tropas francesas contra o povo árabe da Argélia. O ponto de partida dessas denúncias foi o pedido de demissão do general Bolardière, em sinal de protesto contra essas atrocidades, reveladas por um artigo do sr. Servan-Schreiber, repórter do jornal «Express», e que servira durante 6 meses no exército dos imperialistas franceses naquela colônia. Associando-se às manifestações contra as «torturas da Argélia», o escritor Vercoors dozeu ao Presidente da República sua medalha da Legião de Honra, e o professor René Capitant, antigo ajudante de ordens do General de Gaulle, suspendeu suas aulas na Faculdade de Direito.

REABERTO AO TRÁFEGO O CANAL DE SUEZ

Foi reaberto ao tráfego o canal de Suez, no dia 30, mediante o pagamento dos direitos de passagem ao Egito, e sem qualquer espécie de ingerência estrangeira na administração do mesmo. Referindo-se à questão dos navios de Israel, Nasser declarou que «não capitulará ante a pressão dos Estados Unidos, e que essa questão só poderá ser resolvida conjuntamente com a dos refugiados árabes da Palestina, estando, no entanto, disposto a examinar a totalidade do problema». O governo britânico declarou que «não existe o menor vislumbre de verdade» nas notícias procedentes das Bermudas, no sentido de que a Grã-Bretanha resignou-se à idéia de que o Egito administre sozinho Suez e receba todo o pedágio pago pelos navios que dele se utilizarem.

EM GREVE OS OPERÁRIOS INGLÊSES

Assumiu extraordinárias proporções a greve dos operários ingleses. Iniciada por 1 milhão de trabalhadores das indústrias mecânicas, a greve estendeu-se a 200.000 operários da construção naval. Os sindicatos decidiram em seguida estendê-la progressivamente a mais dois milhões de trabalhadores, dos quais 500.000 a partir do dia 29, caminhando assim para um total de ... 3.200.000 grevistas. A reivindicação principal é de um aumento de 10% nos salários. Notícias de Londres informam que essa greve preocupa profundamente ao sr. Mac Millan, primeiro Ministro inglês, após o seu regresso da Conferência das Bermudas.

LIBERTADO O ARCEBISPO MAKARIOS

Premido pelos protestos da opinião pública mundial e do bravo povo de Chipre, em luta por sua independência nacional, o governo britânico decidiu pôr em liberdade o arcebispo Makarios, proibindo-o, no entanto, de voltar àquela ilha. Essa decisão está provocando uma crise em Londres, suscitada pelos setores mais reacionários do Partido Conservador.

AMEAÇA DE GUERRA NO ORIENTE PRÓXIMO

O governo soviético, em nota diplomática dirigida aos governos da França e de Israel, denunciou que esses países preparavam nova agressão contra o Egito. O governo soviético, na referida nota, fez severa advertência aos dois governos, prevenindo-os que uma nova ação militar contra o Egito «criaria a ameaça de um vasto conflito militar no Oriente Próximo».

NOVOS PERIGOS CRIADOS PELA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O Primeiro-Ministro soviético, Nikolai Bulganin, falando durante a recepção em homenagem ao chefe do governo húngaro, Janos Kadar, referiu-se aos novos perigos criados pela situação internacional, resultantes da Conferência das Bermudas, da adesão dos Estados Unidos ao Pacto de Bagdad, da continuação da corrida armamentista por parte das potências ocidentais, e da recusa destas últimas à cessação das experiências com bombas nucleares. Em notas dirigidas aos governos da Dinamarca e da Noruega, o governo soviético advertiu-os energicamente contra qualquer intenção de permitir a instalação, em seus territórios, de bases estrangeiras, que se destinariam a um ataque contra a U.R.S.S..

PROTESTOS POPULARES NO CHILE

As forças armadas aquarteladas em Santiago foram postas em rigorosa prontidão, no dia 30, com o fim de reprimir as vigorosas manifestações populares contra a elevação dos preços dos transportes. Nessas manifestações, que se estenderam também a Concepción, Valparaíso e Villa del Mar, tomam parte ativa os estudantes chilenos. Durante as manifestações houve choques violentos com a polícia.



Proposta Soviética De Desarmamento

Está reunido em Londres o sub-comitê da Comissão de Desarmamento da ONU. Em todo o mundo as forças da paz se mobilizam, exigindo que nessa reunião o problema passe do terreno das discussões estereis para o das ações práticas dos governos. Somente a adoção das primeiras medidas concretas de desarmamento poderá barrar a atual ofensiva imperialista no sentido da volta à guerra fria e da intensificação dos preparativos de guerra. Os povos de todo o mundo esperam ansiosos os primeiros acordos, os primeiros passos, por menores que sejam, no caminho do desarmamento, único capaz de conduzir novamente ao alívio da tensão internacional e à conquista de uma paz duradoura.

As propostas apresentadas em Londres pela União Soviética, por seu conteúdo construtivo, por seu elevado espírito de conciliação, e por seus aspectos eminentemente práticos, constituem o centro das discussões. Seria difícil opor a elas quaisquer objeções honestas, seja levantando obstáculos de natureza técnica, seja utilizando mais uma vez o chapão de que essas propostas seriam «simples propaganda». Mesmo a delegação norte-americana vê-se obrigada a considerá-las com seriedade.

Lucidamente, a delegação soviética propõe que o problema da cessação imediata das experiências com bombas nucleares seja separado do problema geral do desarmamento, e resolvido imediatamente. O delegado soviético Zorin recordou que a U.R.S.S. propôs essa medida durante a última sessão da Assembleia Geral da ONU, mas que as potências ocidentais a rejeitaram. A cessação imediata das experiências, em caráter definitivo, seria a solução radical do problema. A União Soviética continua insistindo por sua adoção, mas está pronta a aceitar um acordo provisório que estipule a suspensão temporária dessas experiências, por um prazo a ser fixado, até que seja possível a proibição definitiva, mediante novos estudos e discussões. Qualquer idéia de «limitar» as experiências, seria na prática legalizar e justificar a sua continuação, permanecendo a humanidade exposta às graves consequências das explosões. O controle técnico de que a proibição das experiências está sendo respeitada, não oferece qualquer dificuldade, pois é impossível fazer explodir uma bomba nuclear secretamente, dados os meios modernos de detecção.

Quanto ao desarmamento, a proposta soviética prevê duas etapas, precedidas de um compromisso solene, assumido imediatamente por todos os países que possuem armas atômicas e nucleares, ou projéteis teleguiados

providos de «cabeças atômicas», de que não utilizarão essas armas, e as consideram interditas.

Na primeira etapa (1957-1958), os efetivos das forças armadas dos E.E. U.U., da U.R.S.S. e da China serão reduzidos a 2.500.000 homens para cada um, e os da França e da Grã-Bretanha a 750.000 homens. Estes limites serão baixados, até o fim da segunda etapa (1959), a 1.500.000 (ou um milhão) e 650.000 homens respectivamente. O limite máximo dos efetivos das demais nações seria fixado em uma Conferência Mundial de Desarmamento, não devendo porém ultrapassar de 150.000 ou 200.000 homens.

Desde a primeira etapa ficará proibido aos Estados que possuem armas atômicas e nucleares o transporte das mesmas para fora de suas fronteiras. Todas as bases militares em território estrangeiro serão extintas progressivamente, no decorrer das duas etapas. Ao iniciar-se a segunda etapa será proibida a fabricação de armas atômicas e nucleares, sendo como medida final destruídos todos os estoques existentes, bem como os de foguetes teleguiados.

As forças armadas norte-americanas, inglesas e francesas estacionadas em território estrangeiro, tanto na Alemanha como nos outros países da OTAN, serão progressivamente retiradas, ao mesmo tempo que as tropas da U.R.S.S., estacionadas nos países do Tratado de Varsóvia. As bases estrangeiras situadas nos países da O.T.A.N. e do Tratado de Varsóvia serão extintas simultaneamente.

A U.R.S.S. propõe finalmente o rigoroso controle da execução dos acordos de desarmamento por meio de um organismo internacional permanente de controle, e se declara disposta a aceitar o sistema de inspeção aérea («côu aberto»), proposto pelo Presidente Eisenhower, numa região com profundidade de 800 quilômetros, de um e outro lado da fronteira entre a Europa Ocidental e os países socialistas, abrangendo, portanto, inclusive as duas Alemanhas.

A criação imediata na Europa, de uma zona de limitação e inspeção dos armamentos, abrangendo as duas partes da Alemanha e os Estados vizinhos, de um e outro lado, incluída na proposta soviética, está sendo encarada com excepcional interesse por meios os mais diversos dos países ocidentais. Vislumbramos assim a possibilidade bastante próxima de uma viragem favorável na evolução da situação internacional, desde que as forças da paz atuem com vigor, vigilantes e unidas, destruindo as maquinacões belicistas do imperialismo.

A CAMPANHA DE RETIFICAÇÃO COMO FORMA DE LUTA INTERNA NO PARTIDO

Lu Ting-Yi, chefe do Departamento de Propaganda do CC do PC chinês, escreveu a propósito da comemoração de 15.º aniversário da campanha de retificação em Yenan, no jornal «Diário do Povo», o artigo do qual damos abaixo um resumo:

A IMPORTANCIA DA CAMPANHA DO YENAN

Como forma de luta interna, a campanha de 1942, para retificar a ideologia e o estilo de trabalho, realizada no Yenan, teve imensa significação para a causa da revolução.

O grau de maturidade ideológica e política de nosso Partido é sem dúvida diferente, nos anos de antes e depois da reunião de Tsunyi, em 1935. Antes dessa reunião, nosso Partido, em quatro ocasiões adotou linhas errôneas, de oportunismo de direita e de «esquerda». Mas nos 20 anos ou mais que se seguiram àquela reunião, nosso Partido não cometeu erros em sua linha nacional.

Depois da reunião de Tsunyi todo o Partido desenvolveu um trabalho a longo termo, estudou as lições extraídas das linhas erradas do passado e realizou uma conscienciosa educação ideológica de seus militantes. A campanha de retificação — campanha contra o subjetivismo, o sectarismo e a gíria partidária — constituiu uma parte importante desse trabalho de educação ideológica.

O método adotado na campanha de retificação foi inteiramente diferente do método doutrinário. O método usado na campanha de retificação foi o de estudar cuidadosamente um certo número de obras marxistas-leninistas básicas, de examinar a ideologia de cada um à luz dessas obras, praticar a crítica e a autocritica na medida necessária, analisar os aspectos certos e errados da ideologia e do trabalho de cada um, descobrir as causas dos erros e as circunstâncias em que foram cometidos e apresentar métodos práticos de corrigi-los.

Por um longo período após a fundação do Partido, a massa de quadros do Partido sabia pouca coisa de marxismo-leninismo e lhe faltava uma compreensão integrada e unificada de como combinar o marxismo-leninismo com as condições específicas da China. Disso resultou que grande parte da atividade do Partido fôsse realizada às cegas; essa foi a razão do surgimento e desenvolvimento de várias linhas errôneas dentro do Partido e do fracasso na sua retificação, a tempo. Para modificar tal situação, era preciso acumular experiência, maturidade política e unidade ideológica dentro do Partido, baseados no materialismo dialético e daí a necessidade de uma outra campanha ideológica marxista-leninista. A campanha de retificação de 1942 foi justamente essa campanha ideológica.

COMO COMBATER A IDEOLOGIA ERRÔNEA

Os erros do Partido têm origens sociais e origens cognitivas. A pequena burguesia abrange a grande maioria da população, na China. E dentro do Partido há muitos membros que provêm de famílias pequeno-burguesas. Uma parte deles ainda não se tornou ideologicamente proletária. Se tais pessoas não conseguem remodelar sua ideologia, então, sua ideologia continua a ser pequeno-burguesa e sua maneira de pensar, subjetiva. Elas estão inclinadas a cometer erros de direita ou de «esquerda».

«Nosso Partido foi edificado na base do centralismo democrático. Uma linha partidária errada ou erros, de caráter nacional, prolongados e graves, só podem prevalecer no Partido quando a maioria dos camaradas não os reconhece como erros ou mesmo os apoia.

A luta interna no Partido é fundamentalmente uma luta entre a ideologia correta e a ideologia incorreta.

No combate à ideologia errônea dentro do Partido, devem-se usar métodos justos, nem precipitados nem excessivos. Somente através de um trabalho ideológico, feito de maneira paciente e persistente, da utilização da crítica e autocritica de maneira adequada, pela aplicação do método de «aprender com o passado a fim de ser mais cuidadoso no futuro e tratar a moléstia, a fim de salvar o doente», através da elevação do nível ideológico marxista-leninista de todos os membros do Partido e da substituição das idéias e do estilo de trabalho decorrentes do subjetivismo por aqueles baseados no marxismo-leninismo, será possível ao Partido cometer menos erros e evitar os erros grandes. A esse respeito, deve-se adotar, por um lado, uma atitude de princípio, sem fazer qualquer concessão às idéias errôneas; por outro lado, deve-se ter prudência e não tra-

tar as idéias errôneas grosseiramente. A campanha de retificação foi exatamente um movimento desse tipo — um movimento de princípios e cuidadosa educação ideológica ou reeducação. Foi uma reeducação ideológica em ampla escala. Foi uma grande revolução ideológica dentro do Partido.

O camarada Mao Tse-tung encarava a campanha de retificação como uma forma de movimento apropriada à luta interna no Partido. É uma grande contribuição aos ensinamentos do marxismo-leninismo sobre a construção do Partido.

O objetivo da campanha de retificação é partir do desejo de unidade e alcançar o objetivo da unidade numa nova base, através da crítica e da luta. Em outras palavras, trazer clareza à ideologia e ao mesmo tempo unir as fileiras do Partido.

E clareza ideológica significa traçar uma linha de separação entre a ideologia proletária e a ideologia pequeno-burguesa; e entre o marxismo-leninismo e subjetivismo.

Uma vez que a ideologia errônea tem suas origens sociais e origens cognitivas, os erros são inevitáveis. Uma luta decidida, que chegue até mesmo ao ponto de expulsão do Partido, deve ser sustentada contra aqueles que se recusam obstinadamente a corrigir seus erros e que desenvolvem atividades prejudiciais ao Partido; mas nós deveríamos saudar e unir-nos àqueles que cometerem erros se os seus erros podem ser corrigidos dentro do Partido e se eles desejam corrigi-los. Devemos ajudar pacientemente a tais pessoas, para que reconheçam seus erros e os corrijam.

A LUTA CONTRA O DOUTRINARISMO

A experiência do Partido demonstrou que os doutrinários recorriam a métodos de «luta violenta e ataques impiedosos», do que resulta o grande enfraquecimento do

Partido e a revolução sofre sérios revezes. Depois que a política de «matar a doença para salvar o doente» foi aplicada a camaradas que tinham cometido erros, o Partido foi capaz de unir mais pessoas para trabalharem juntas sob a direção da linha correta do Comitê Central. A maioria daqueles que tinham cometido erros e mesmo aqueles que tinham errado na elaboração das linhas do Partido, eram capazes de corrigi-las e de trabalhar com decisão. O resultado disso foi que o Partido progrediu consideravelmente e a causa da revolução alcançou a vitória.

A luta interna no Partido e a luta entre a revolução e a contra-revolução são de natureza diversa. A luta entre a revolução e a contra-revolução é uma questão entre nós e o inimigo; a luta interna no Partido é uma questão entre o certo e o errado. Os subjetivistas, especialmente os doutrinários, encaram essas duas lutas como uma só e tratam camaradas como tratam o inimigo. Nosso Partido, ao contrário, distingue nitidamente entre as lutas e adota diferentes maneiras de resolvê-las.

Nosso Partido criou o método da campanha de retificação para resolver as contradições internas no Partido e, tomando isso como ponto de partida, desenvolveu gradualmente um conjunto de métodos de trabalho para resolver as contradições dentro das fileiras do povo. Assim, tornamo-nos hábeis não só em travar lutas contra o inimigo, mas também em superar as contradições nas fileiras do povo. Essa é a razão porque o Partido Comunista é capaz de unir as mais amplas forças democráticas da sociedade, para derrotar os piores inimigos.

A luta contra o subjetivismo, especialmente o doutrinário, foi também uma luta no terreno filosófico. O camarada Mao Tse-tung, em suas obras «Sobre a Prática» e «Sobre a Contradição», publi-

LU TING-YI

cadadas no outono de 1937, arrou ideologicamente nosso Partido com um princípio teórico fundamental e colocou base teórica para a campanha de retificação de 1942.

Os subjetivistas, particularmente os doutrinários, dentro do Partido chinês, chamavam-se a si mesmos «materialistas dialéticos», mas na prática partiam de um ponto-de-vista subjetivista e encaravam as coisas e consideravam os problemas de maneira isolada, estática e unilateral. Afastavam-se, na prática do método dialético e caíam na metafísica, com o resultado de que afastavam-se do materialismo e caíam no idealismo.

O conhecimento e as ações dos doutrinários não se baseavam nas experiências práticas, em virtude de que, inevitavelmente, cometiam erros. Os empiristas recusavam-se a utilizar a teoria avançada do marxismo-leninismo, como guia para sua prática e assim, também eles, inevitavelmente, cometiam erros.

O subjetivismo dos doutrinários manifestava-se distintamente no fato de que não podiam e não queriam analisar concretamente os problemas. Eles só admitiam a universalidade das contradições, de modo abstrato, e negavam a particularidade das contradições. Pelo fato de não estudarem a particularidade das contradições, eles negam hoje a universalidade das contradições. Pelo fato de não terem estudado a realidade concreta das revoluções em seu próprio país, eles não podiam realmente compreender o marxismo-leninismo.

Todas as coisas constituem uma unidade, que contém contradições. A integração dos aspectos da luta e a unidade das contradições constitui o movimento contraditório das coisas. O doutrinário não conhece essa lei. Ele só admite a luta de opostos e não admite a unidade dos opostos.

As duas obras citadas — «Sobre a prática» e «Sobre a contradição» — analisaram detalhadamente as maneiras de pensar doutrinária e empirista e revelaram a origem cognoscitiva de seus erros. A revelação da origem cognoscitiva mostra-nos que a ideologia falsa existe não só numa sociedade de classe mas também numa sociedade socialista sem classe ou numa sociedade comunista. Ela nos aponta a existência de duas fontes da ideologia falsa, ou seja, a raiz social e a fonte cognoscitiva. Ambas estão ligadas e ao mesmo tempo diferem uma da outra.

A fim de unificar o pensamento dentro do Partido à base do marxismo-leninismo é necessário ainda desarraigá-lo do doutrinário. Na luta contra o doutrinário, algumas pessoas, em nome do anti-doutrinário, desejam de fato opor-se ao marxismo-leninismo ou revisar os princípios básicos do marxismo-leninismo. Deve-se travar uma luta contra tais fenômenos, levando em conta as diferentes circunstâncias.

A TAREFA BÁSICA DO TRABALHO IDEOLÓGICO

Numa sociedade socialista as classes já foram eliminadas, mas isso não significa que não existam contradições. Numa sociedade socialista, ainda existem contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, mas a natureza dessas contradições não é a mesma que aquela existente nas contradições numa sociedade capitalista.

A tarefa básica de nosso trabalho ideológico é, no momento, esforçarmo-nos por dominar, quanto antes, as leis que governam o desenvolvimento de nossa construção socialista, de modo a que possamos, na direção dessa construção, cometer menos ou não cometer erros grandes e transformar nossa pátria num grande país socialista, tão cedo quanto possível.

O Partido Comunista tornou-se o partido dirigente do poder estatal. É uma boa coisa estar no poder e na direção. Mas isso facilitará o

desenvolvimento do subjetivismo o que por sua vez promoverá a burocracia e o sectarismo. Os elementos pequeno-burgueses no Partido estão propensos, por isso, a usar métodos falsos de «esquerda» ou de «direita» ao tratar de uma atividade que não lhes é familiar e das contradições dentro das fileiras do povo.

O subjetivismo, a burocracia e o sectarismo afastarão o Partido da realidade e das massas e violarão o princípio geral do Partido de unir-se a todas as forças internas e externas que possam ser unidas e tirar o máximo proveito das condições favoráveis à transformação da China em um grande país socialista. Se deixamos de ver esse perigo e se deixamos de travar uma luta firme e adequada contra ele, estaremos propensos a cometer graves erros e sofrer sérios revezes e a derrota. Eis porque o VII Congresso Nacional do Partido deu ênfase à luta contra o subjetivismo, a burocracia e o sectarismo.

Depois de introduzir um sistema correto, é necessário também ter uma política justa, métodos de trabalho justos e um justo estilo de trabalho, se quisermos evitar erros na direção da construção socialista. Isto significa que as pessoas devem ter uma correta maneira de pensar.

Nos últimos 15 anos, o número de membros do Partido Comunista da China aumentou de mais de 800.000 para 12 milhões, dos quais três quintas partes aderiram ao Partido após a vitória nacional da revolução.

Todos os novos membros não passaram ainda pela reeducação ideológica da campanha de retificação de 1942. Em geral, falta-lhes uma compreensão profunda do que seja o subjetivismo. Muitos deles possuem a ideologia da velha sociedade não unida.

modificaram sua posição pequeno-burguesa para aquela do proletariado. Os inúmeros (Conclui na 10.ª Página)

UNIDADE DE TODOS OS DEMOCRATAS E ANTI-SALAZARISTAS APÊLO DO P. C. PORTUGUÊS

O C. C. do PC português lançou, em janeiro deste ano, um manifesto dirigido à todos os democratas e anti-salazaristas, conclamando-os à mais ampla unidade de ação, em face das próximas eleições que se deverão verificar no país.

O documento do PCP aponta o aguçamento das contradições dentro da camarilha governante, que acompanha o aprofundamento da crise econômica e política existente em Portugal. Daí conclui existir um ambiente particularmente favorável à ação das forças democráticas. «Hoje existem condições amadurecidas para se poderem mobilizar numa ação legal contra o Governo, não somente a grande massa dos democratas, mas também a muitas pessoas descontentes com a ação governativa e que anseiam por uma viragem da política nacional».

O PCP desmascara as manobras do governo de Salazar, suas falsas promessas, com o fim de ludibriar os estudantes descontentes com um decreto do ministro da Educação ou com falsas promessas de uma possível anistia. Apesar das tentativas salazaristas de provocações e coações, os democratas não se deixaram manobrar pelo governo e não foi possível a este introduzir fatores de discórdia e de divisão no seio das forças democráticas.

«E com profunda alegria e confiança — diz o manifesto — que as massas e a maioria dos democratas portugueses verificam que já se deram passos muito importantes no caminho da unidade de ação das várias correntes democráticas nacionais sendo provas bem claras desse caminho para a unidade as últimas manifestações comemorativas da Revolução de 5 de outubro e o almôço de confraternização democrática realizado recentemente no Ginjal. Em todas essas manifestações, democratas das esquerdas e da direita expressaram unanimemente, nos seus discursos, um desejo comum: A UNIDADE DE TODAS AS FORÇAS DA OPOSIÇÃO, no que foram fortemente saudados e secundados por toda a assistência.»

O CC do PC português mostra que a unidade de ação ainda não corresponde às necessidades da situação política e que isso terá reflexos prejudiciais na luta eleitoral de amanhã. Alerta os setores democráticos ainda receosos de se unirem aos comunistas e às massas trabalhadoras, sobre o perigo que isso representa. Como prova da importância dessa união cita o manifesto a campanha eleitoral do Gal. Norton de Matos (1948-49), em que as

vitórias importantes alcançadas por essa candidatura deveriam-se ao largo espírito de unidade e à confiança que soube criar nas massas populares.

«Ao defender entusiasmadamente uma ampla unidade de ação de todos os partidos e correntes democráticas e anti-salazaristas, o PC português fez-o por duas razões decisivas:

— Porque é esse o único caminho que conduzirá à reconquista das liberdades democráticas fundamentais;

— porque essa é a vontade expressa das massas democráticas, que por todas as formas têm mostrado desejar ardentemente essa unidade de ação, por saberem que só ela lhes poderá trazer êxitos e vitórias».

O PC português mostra o perigo de aceitar a tese de certos setores democráticos, de aguardar a marcha dos acontecimentos, esperar para ver qual a atitude do governo em relação a cada agrupamento democrático. Essa atitude, afirma o PCP, vai depender da força da unidade de ação das várias correntes da oposição.

O recenseamento em curso atualmente, para as próximas eleições, será uma oportunidade para reforçar e ampliar a

união de todos os democratas e anti-salazaristas. Por isso, as Comissões Recenseadoras ou Eleitorais deverão ter um caráter anti-salazarista e não exclusivamente democrático — deverão abarcar republicanos, católicos, monárquicos e todas as pessoas dispostas a votar contra o governo salazarista.

«Na certeza de que correponde ao sentir da grande massa dos democratas portugueses, o PCP defende e luta pela criação dum vasto movimento de unidade que abarque em seu seio, não somente as forças democráticas, mas também todos os anti-salazaristas, a todas as pessoas que estejam dispostas a colaborar com a forças democráticas numa viragem da política nacional num sentido democrático e progressivo. Esta posição do PCP é também hoje a posição de alguns setores democráticos, quer das esquerdas, quer das direitas.»

O CC do Partido Comunista Português termina seu manifesto com as seguintes palavras-de-ordem:

PELA FORMAÇÃO IMEDIATA DE AMPLAS COMISSÕES RECENSEADORAS!

PELA UNIDADE DE AÇÃO DE TODAS AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS!

POR UMA PODEROSA FRENTE NACIONAL ANTI-SALAZARISTA!

BOLETIM DO DEBATE

PELA RENOVACÃO E O FORTALECIMENTO DO PARTIDO

AGILDO BARATA

As condições atuais do mundo se caracterizam fundamentalmente pela existência de um sistema de países socialistas em florescimento, ao lado de um sistema capitalista em decomposição, pela desintegração efetiva do sistema colonial do imperialismo, assim como pelo surgimento de um grupo de Estados neutralistas na Europa, na Ásia e na África.

O poder de atração das idéias socialistas, nesta situação, influencia grandes movimentos de massas, quer nas metrópoles imperialistas, quer nas colônias e semicolônias.

Tudo isso confirma brilhantemente as idéias geniais do socialismo científico elaboradas por Marx, Engels e Lênin.

O esforço para uma justa interpretação da situação e das mudanças operadas na correlação de forças dos dois sistemas, da nova realidade objetiva e de seu processo de desenvolvimento determinará necessariamente um considerável enriquecimento da consciência socialista, da teoria marxista.

Nesse sentido grande foi a contribuição do XX Congresso do PCUS.

Tanto para a correção dos graves erros e deformações revelados pelo XX Congresso do PCUS e que se estenderam com maior ou menor intensidade a todo o movimento, como para fazer com que a ação dos comunistas, em cada país, corresponda às exigências da realidade, objetiva, faz-se mister desenvolver no seio dos partidos a mais intensa e extensa assimilação e propagação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo, estimular o livre espírito de pesquisa científica, de debate fecundo e a luta de opiniões.

A democratização dos partidos comunistas é uma exigência básica, ideológica desse indispensável movimento renovador.

É claro que num debate livre surgirão alguns inconvenientes, mas como já aconselhava Engels, em 1.º de maio de 1891, em carta a A. Bebel, é preciso aceitar os inconvenientes desta liberdade: «Vocês e o Partido têm necessidade da ciência socialista — escrevia Engels — e esta não pode viver sem a liberdade no interior do movimento. É preciso, portanto, aceitar os inconvenientes desta liberdade e o melhor é fazê-lo decentemente, sem resmungar».

O Projeto de Resolução do Comitê Central representa um significativo êxito deste impulso renovador em nossas fileiras. Concorde inteiramente com o espírito de que se encontra penetrado este importantíssimo documento e o defendo, por isso, como o ponto de partida para uma efetiva democratização da vida partidária, para a elaboração de uma correta linha política e das questões orgânicas dela decorrentes e como atual bandeira de luta pela democratização do Partido.

Inelutavelmente, o Projeto de Resolução do Comitê Central não está sendo discutido como devia e os próprios camaradas responsáveis por sua elaboração, com raras exceções, abstiveram-se, inexplicavelmente, de participar dos debates para fundamentar e desenvolver as teses ali expostas.

Com o intuito de contribuir — o que é dever de todos — para que a luta interna possa seguir um curso normal, dentro do espírito democrático do Projeto de Resolução, sugiro neste artigo, à apreciação dos camaradas, as questões que se seguem. Elas estão, em sua maioria, contidas, em germe, no próprio Projeto de Resolução e sistematizam opiniões de grande número de membros do Partido, expressas inclusive através do debate que ora se trava em nossas fileiras. Muitas dessas idéias e opiniões foram despertadas pelos problemas levantados no XX Congresso do PCUS e nas discussões realizadas, a seguir, em vários outros partidos irmãos. A sabedoria coletiva do Partido na discussão destas e outras questões, enriquecerá o conteúdo das mesmas e retificará o que nelas houver de incorreto.

1 —

Igualdade, solidariedade e independência entre os Partidos Operários e Comunistas — O princípio da igualdade entre os partidos comunistas e da independência de cada um deles na aplicação do marxismo à realidade concreta de cada país é condição básica nas relações entre os partidos.

O internacionalismo proletário se exprime pela mais completa solidariedade fraternal entre os Partidos comunistas e operários e implica no direito de crítica recíproca. A teoria revolucionária é a experiência condensada, sistematizada e generalizada, do movimento revolucionário. Por isso, nenhum Partido pode prescindir da crítica e dos ensinamentos dos demais Partidos Comunistas, particularmente daqueles mais experimentados. A teoria, contudo, traduz-se na prática acertada. E se as leis gerais se revelam através das leis particulares, é claro que nenhum partido poderá subordinar-se a outro, ser orientado por outro, pois isto seria a negação do próprio marxismo-leninismo, de seu caráter crítico e revolucionário.

Isto não quer dizer que no decorrer destes 39 anos a União Soviética, como diz o editorial do Jiminjiao, «Novamente sobre a Experiência Histórica da ditadura do Proletariado»; não tenha sido o centro do movimento comunista internacional, em virtude de constituir o primeiro Estado socialista vitorioso, o país mais poderoso e experimentado do campo socialista desde o seu surgimento, capaz de prestar a mais valiosa ajuda aos demais países socialistas e aos povos dos diversos países do mundo capitalista». E acrescen-

ta: «Isto não é o resultado de uma decisão arbitrária de quem quer que seja, mas a consequência natural de condições históricas. No interesse da causa comum do proletariado dos diversos países de uma resistência unida aos ataques do campo do imperialismo dirigido pelos Estados Unidos, contra a causa socialista, do ressurgimento econômico e cultural de todos os países socialistas, devemos continuar fortalecendo cada vez mais a solidariedade proletária para com a União Soviética, como centro. (O grifo é meu — A.B.).

O internacionalismo proletário reside na defesa dos interesses comuns aos trabalhadores de todos os países, e hoje se exprime particularmente no apoio ativo às nações do sistema socialista e aos povos que se batem contra a dominação imperialista. O internacionalismo proletário reclama o mais amplo respeito ao princípio da igualdade nas relações entre os Estados socialistas e ao princípio de autodeterminação. Por isso acho que é fundamental a completa independência política e orgânica dos Partidos operários e comunistas sem interferências em seus assuntos internos e o estabelecimento de relações mútuas e diretas, em pé de igualdade, entre os partidos, a fim de facilitar a troca de críticas e experiências.

— 2 —

O caráter da revolução brasileira — Creio justa a caracterização, há muito feita, da revolução brasileira: anti-imperialista e agrária antifeudal.

Embora o problema das fases de desenvolvimento da revolução agrária e anti-imperialista seja de capital importância, e deva ser melhor precisado através de um estudo mais profundo da realidade brasileira, é inegável no momento atual, o avanço mais rápido da luta anti-imperialista em nosso país, em relação ao movimento camponês que se encontra em grande atraso. Este fato indica um desenvolvimento preponderante das tarefas anti-imperialistas no processo atual da luta revolucionária, tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB, mas que podem e devem coincidir com algumas reformas na estrutura agrária. O desenvolvimento da luta anti-imperialista e as consequentes reformas na estrutura agrária, facilitando a mobilização e a organização das massas camponesas determinarão um avanço mais rápido e mais seguro no caminho das indispensáveis transformações radicais no campo.

Teremos, assim, no desenvolvimento da revolução, uma fase inicial, de **acumulação de forças**, na qual o proletariado pode e deve desempenhar um papel decisivo. Nesta fase deverão surgir melhores condições para a ampliação e consolidação da aliança operário-camponesa, que decidirá a direção, do curso e da profundidade das transformações revolucionárias.

— 3 —

A viabilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira — Uma série de fenômenos surgidos no mundo e em nosso país, faz-me sentir a necessidade de um reexame da tese de ser fatal e inevitável o caminho da luta armada e da guerra civil como único para o cumprimento das tarefas da revolução anti-imperialista e agrária antifeudal. Não obstante o peso do aparelho estatal de repressão e das limitações às liberdades, é minha opinião que há também no Brasil possibilidades (condicionadas por circunstâncias históricas especiais), de um caminho pacífico, não violento, para as transformações progressistas que se colocam na ordem do dia. Estas possibilidades decorrem, entre outros fatores, dos seguintes: a) — a transformação do socialismo num sistema mundial; b) — a desagregação do sistema colonial do imperialismo; c) — o crescimento, a concentração e o desenvolvimento do proletariado e de sua consciência de classe, com a presença e a atuação de seu partido de vanguarda — o PCB; d) — o rápido desenvolvimento da economia brasileira, particularmente nos últimos anos e o consequente crescimento e fortalecimento da burguesia nacional cujos interesses se chocam com os dos imperialistas e em certa medida com os restos feudais no campo, burguesia cada vez mais influente no aparelho do Estado e em muitos partidos políticos e bancadas parlamentares; e) — o aguçamento das contradições entre o imperialismo norte-americano e seus agentes mais empedernidos, de um lado, e a esmagadora maioria da nação; f) — a tradição democrática e patriótica das forças armadas, particularmente o Exército, onde se desenvolve uma consciência nacionalista, anti-imperialista; g) — a radicalização de camadas cada vez mais amplas da pequena burguesia urbana — intelectuais, estudantes, profissionais liberais, etc., — cujas tradições de luta patriótica e democrática estão assinaladas ao longo da história de nossa gente; h) — as franquias constitucionais, que embora nem sempre respeitadas, podem ser mantidas e ampliadas através de grandes movimentos de massa, assegurando condições para uma ativa participação das forças populares nas lutas políticas; i) — a força de atração dos ideais socialistas, consequência do contínuo fortalecimento do socialismo; j) — o estímulo à luta anti-imperialista dado pelos países que tomam o caminho da independência nacional beneficiando-se

particularmente, da ajuda e do apoio dos Estados do sistema socialista; k) — a relativa distensão internacional com possibilidade de acentuar-se e consolidar-se; l) — o mérito, ainda que pouco sensível, da mudança na correlação de forças, no país, em favor da democracia e do progresso.

Está claro que a minoria que se opõe a nosso desenvolvimento independente procura agir por todas as formas, dentro e fora do governo, para impor, inclusive pela violência, uma política de conteúdo essencialmente antidemocrático, entreguista.

Cabe, portanto, às forças patrióticas e, entre elas, os comunistas, tomar em suas mãos a defesa da legalidade democrática, apoiando-se na própria Constituição, a qual embora esteja a exigir várias modificações, é importante instrumento de luta pelas liberdades na etapa atual de nosso desenvolvimento.

É óbvio que o caminho pacífico para o desenvolvimento da revolução brasileira, tanto em sua etapa atual como na passagem necessária à etapa socialista só será assegurado como o resultado da força, do grau de organização e de consciência da classe operária e de seus aliados, de amplos crescentes e ininterruptos movimentos de massa.

Não obstante, se essas condições não forem conquistadas, o inimigo terá a possibilidade real de impor ao proletariado e às forças democráticas a luta armada e a guerra civil. O proletariado e seus aliados lutando por um caminho pacífico estarão também preparados para enfrentar essa emergência. Nós comunistas, que olhamos sempre os interesses fundamentais do povo devemos utilizar todas as possibilidades de um caminho pacífico. «Devemos ir por os nossos objetivos por todas as vias possíveis». (Lênin Obras Escolhidas, T.I., pg. 866).

— 4 —

Política de frente única — O caráter da revolução brasileira e a desigualdade de desenvolvimento de suas duas correntes (avanço da luta anti-imperialista e atraso do movimento camponês) impõem modificação no esquema estratégico do atual Programa do PCB. O Projeto de Resolução do Comitê Central sugere esta modificação, ao reduzir no momento atual o campo do inimigo ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos mais renitentes e reconhece a possibilidade de alianças, para ações específicas inclusive com certos setores de latifundiários.

Dadas as modificações que se operam na agricultura brasileira (a penetração do capitalismo no campo), a política de espoliação do imperialismo norte-americano, particularmente através do quase monopólio do comércio exterior, e as possibilidades de melhores preços que o mercado socialista pode oferecer a produtos agrários nossos, é muito provável que até setores de latifundiários possam participar, por um dado período, da frente de luta anti-imperialista, pelas liberdades constitucionais e por medidas, ainda que limitadas, contra as sobrevivências de relações feudais no campo. O mesmo sucede em relação a setores ainda mais numerosos da grande burguesia cujos interesses entram frutuosamente em choque com o excusivismo reclamado pelo monopólio lanques para a pilhagem de nosso país e com a atual estrutura agrária que retarda o desenvolvimento mais rápido do mercado interno. A participação desses setores na frente única será, certamente, limitada, mas útil e necessária.

Assim, em sua fase atual, o movimento revolucionário brasileiro pode e deve ser impulsionado por uma ampla frente única, nacional e democrática, que inclua desde o proletariado e o campesinato até elementos da grande burguesia e latifundiários. Pela mesma razão por que a análise das condições objetivas nos permitiu reduzir acertadamente o campo dos inimigos externos ao imperialismo norte-americano, a realidade brasileira impõe a redução do campo dos inimigos internos unicamente aos latifundiários feudais (não a toda a classe de latifundiários) e aos elementos da grande burguesia que atuam como agentes da dominação norte-americana em nosso país.

Estas diferenciações que se verificam nas classes dominantes do Brasil e mais o poderoso impulso dos movimentos patrióticos possibilitaram a formação da ampla frente antígolpista vitoriosa no pleito de 3 de outubro e em novembro de 1955. Tais vitórias, por sua vez, evidenciaram a possibilidade de participação no governo, mesmo sob o atual regime de influentes correntes democráticas e nacionalistas, dispostas a enfrentar, se para tanto contarem com a necessária pressão de massas, às investidas e exigências do imperialismo norte-americano e de seus agentes de dentro e de fora do governo.

Estas correntes têm representação expressiva no atual governo e no Parlamento, onde se encontram também, com maior peso, as tradicionais correntes reacionárias e entreguistas. Seria por isso um grave erro encerrar o atual governo como um bloco homogêneo, reacionário e entreguista desconhecendo as possibilidades de se fortalecer, dentro dele, através de vigorosos movimentos de massa, as posições das forças patrióticas e democráticas e golpear as posições das forças mais reacionárias e submissas ao imperialismo norte-americano.

Levaríamos, porém, o proletariado e demais forças populares a uma simples posição reboquista se não tivéssemos — como não o teve nosso Partido — uma clara cor-

(Conclui na 5ª Página)

PELA RENOVAÇÃO E O FORTALECIMENTO DO PARTIDO

(Conclusão da 5ª Página)

preensão do tipo de governo de que necessitamos na fase atual da luta pela independência nacional e a democracia. Este não é, nem o governo democrático de libertação nacional, proposto no Programa do PCB, nem o governo atual, como está constituído. As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista — creio eu — a conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um governo nacional e democrático, que realize uma política de soberania nacional e de coexistência pacífica, não entregue nenhuma parte do território nacional a qualquer potência estrangeira, defenda nossas riquezas naturais e a indústria nacional, adote medidas agrárias progressistas que favoreçam o movimento camponês, mantenha e amplie as conquistas da classe operária, tome medidas efetivas para deter a carestia da vida e a inflação e assegure, plenamente, sem discriminações, as liberdades constitucionais. Este governo introduzirá na vida do país um democratismo que elevará o movimento de massas a mais alto nível possibilitando a que se coloquem na ordem do dia as transformações radicais por que lutamos, transformações que abrirão caminho para o socialismo.

Na luta pela conquista de um governo nacional e democrático todas as forças interessadas no progresso e na independência do país, inclusive as que se encontram dentro do atual governo, têm todas as possibilidades de unir-se numa ampla frente nacional e democrática contra o imperialismo norte-americano. Há necessidade imediata de constituir-se essa frente única para opor uma resistência decidida ao imperialismo lanque, para deter e revogar os atos entreguistas ultimamente impostos pelos setores reacionários do governo Kubitschek. A medida que dela participem as massas fundamentais da população — o proletariado e o campesinato — acentuar-se-á o seu caráter democrático e ela poderá ter não somente influência decisiva nas eleições, no Parlamento e na administração, mas também no exercício direto do poder, através de um governo nacional e democrático. Tal governo, tanto pode surgir do atual, através de modificações que alijem dos postos-chave os elementos reacionários e servis ao imperialismo norte-americano, como de sua substituição através de eleições. Esta frente nacional e democrática seria, também, o instrumento através do qual as forças democráticas e anti-entreguistas poderiam enfrentar, com êxito, quaisquer tentativas de retrocessos reacionários na vida política do país.

Considerando inadiável a luta pela constituição desta frente única, acho completamente errônea a tese de que devemos «desferir o golpe principal» contra as tendências nacionalistas (nacional-reformismo e nacionalismo burguês) que surgem dentro de todos os partidos políticos letais e dentro do próprio governo. O golpe principal deve ser dirigido contra o imperialismo norte-americano e seus agentes mais caracterizados. Nas condições concretas atuais do Brasil, o nacionalismo, como corrente política e ideológica exerce um papel indiscutivelmente progressista e é, sem dúvida, uma das forças indispensáveis na frente de luta contra o imperialismo norte-americano. Tentar enfraquecer esta corrente é, na verdade, debilitar a frente única, dificultar sua constituição, fazer o jogo do imperialismo e afastar as possibilidades de conquistar a hegemonia para o proletariado.

— 5 —

Regime Pluripartidário — É justo o reconhecimento, que se faz no Programa do PCB, da necessidade de que se efetuem todas as tarefas da revolução antiimperialista e agrária anti-feudal dentro de um regime pluripartidário, de liberdade de associação política. Acho mesmo que, inclusive numa etapa posterior, de construção das bases do socialismo se mantenha a necessidade de um sistema pluripartidário.

O desenvolvimento do mundo contemporâneo, em particular o grande exemplo da moderna China, evidencia que a tese do Partido único, mesmo durante o regime de transição, não pode ser válida para todos os países. Enquanto for necessário o Partido Comunista podem coexistir com ele outros partidos, exercendo um controle mútuo, dando expressão aos interesses das classes e camadas que constroem a nova sociedade e às próprias tendências que se desenvolvem dentro da classe operária.

Assim encarando creio que o Partido Comunista, defendendo seus pontos de vista e propagando sua ideologia deve, ao mesmo tempo, estabelecer relações inteiramente novas, compreensíveis e amistosas com os outros partidos que, na sociedade brasileira, assumam posições patrióticas e democráticas. Creio que devemos trabalhar com as massas desses partidos para que nelas preponderem as tendências unitárias e democráticas.

— 6 —

Política externa independente e de neutralidade ativa — Tendo em vista a situação histórico-mundial, a posição geográfica do Brasil, a necessidade de impedir a guerra e fortalecer a paz e os interesses nacionais, creio que devemos defender para nosso país uma política internacional independente e de neutralidade ativa, de luta pela cessação do estado de guerra fria, pela coexistência pacífica dos países de regime políticos e sociais diferentes.

É esta a maneira de melhor atender, nas circunstâncias atuais, aos interesses fundamentais do povo brasileiro e, também, aos interesses do proletariado de todos os países, que se bate, na vanguarda das forças amantes da paz, contra a ameaça de nova guerra. A «teoria» de guerra à vista é falsa e busca a intimidação das correntes antiimperialistas menos firmes. A guerra tornar-se-á cada vez menos provável à medida que um maior número de países — principalmente grandes países como o Brasil — se integrem na «zona de paz» em que se incluem países como a Índia, o Egito, a Birmânia, a Finlândia, etc., que fortalecem a ação pacífica do sistema socialista. Esta é, também, a meu ver, a melhor maneira de lutar-se, nas condições concretas do Brasil, pela independência e soberania nacional e contra atos como a cessão de Fernando de Noronha ao imperialismo norte-americano e de fortalecer

o movimento libertador que anima todos os povos oprimidos pelo imperialismo.

— 7 —

Modificação do Programa do PCB — É claro que os pontos de vista acima enunciados põem em discussão algumas das teses básicas do Programa do Partido, teses que, a meu ver, já foram contrariadas pelo próprio confronto com a prática de nossa ação política nesses últimos dois anos.

Creio que não se trata de elaborar, às pressas, um novo Programa. Um Programa deve ser fruto do trabalho e da experiência coletiva de todo o Partido, do estudo sistemático e aprofundado da realidade brasileira, da livre investigação científica e do livre debate. Foi isso exatamente o que não fizemos com a elaboração do atual. Manter nas presentes condições o Programa seria entrar a elaboração de uma justa linha política.

Penso, por isso que, mantendo em aberto a discussão das teses do Programa atual ou de outras que possam vir a ser elaboradas e estimulando as investigações sobre a realidade nacional, o conjunto do Partido e, apoiando-se nele, o Comitê Central, deveriam elaborar os elementos essenciais de uma linha política adequada ao avanço do movimento democrático e de emancipação, linha que nos aproxime da realização posterior das tarefas da revolução antiimperialista e agrária anti-feudal no país. Tal documento, a ser elaborado o quanto antes, deveria ser incorporado às teses para o V Congresso e servir para a elaboração do novo Programa do Partido.

— 8 —

A democratização do Partido — Creio que somente a democratização do Partido — democratização efetiva e não de palavras — permitirá a nosso movimento sair das dificuldades em que se encontra.

³ Não tenho dúvida que foram violadas, entre nós, durante todos esses anos de vigência do culto à personalidade, os princípios marxistas-leninistas do Partido. Ainda agora, esses princípios não estão sendo, a meu ver, observados.

Não se trata de um pequeno erro na atividade partidária, mas de um sério desvio ideológico, de violações grosseiras do princípio diretor do Partido: o centralismo democrático. E não sou eu quem o diz, é o próprio C.C. no Projeto de Resolução: «Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação — predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levaram ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido.»

O centralismo, no Partido, não pode ser ditatorial, mas democrático, isto é, o centro único, dirigente, não pode impor sua vontade ao Partido, mas, pelo contrário, deve subordinar-se à vontade coletiva do Partido, expressar a opinião coletiva do Partido, sistematizá-la e assegurar sua aplicação por todos os organismos partidários. A democracia, no Partido, não pode ser anárquica, mas uma democracia centralizada — isto é, cada militante ou organismo tem o direito de defender e expressar seus pontos de vista sobre qualquer problema do Partido, sem temor a represálias ou punições, porém, ao mesmo tempo, deve subordinar sua atuação prática às decisões da maioria e observar o princípio da subordinação dos organismos inferiores aos organismos superiores, dentro das normas democráticas que regem, estatutariamente, esta subordinação.

O centro da luta pela democratização e o fortalecimento do Partido reside, a meu ver, no esforço para a correção da anomalia que ainda prevalece nas atividades partidárias quanto às relações entre a democracia interna e o centralismo. Trata-se de restabelecer a base da democracia interna, sacrificada pelo centralismo arrogante, mandonista e auto-suficiente.

Visando a democratização da vida partidária e o restabelecimento, em sua plenitude, dos princípios do Partido, acho que deveríamos lutar, em conjunto, pelas seguintes medidas imediatas:

1 — «Linha de massas» — Adoção como método de direção coletiva da chamada «linha de massas» aplicada, com tanto êxito, pelos camaradas chineses. A orientação do Partido, particularmente em questões fundamentais não deve ficar somente a cargo de um coletivo de dirigentes: o Secretariado, o Presidium ou mesmo o Comitê Central. Sempre que haja condições para isto, e creio que há quase sempre, o coletivo do Partido deve ser ouvido sobre linha política, flexões táticas, eleições, questões orgânicas, etc. Sistematizando essas opiniões, os órgãos dirigentes do Partido poderiam conhecer melhor a realidade, aproveitar-se da sabedoria coletiva do Partido, evitar o subjetivismo em suas decisões, ao mesmo tempo que preparariam o conjunto do Partido para aplicar com rapidez, entusiasmo e espírito de iniciativa as suas resoluções.

2 — Execução de forma imediata das correções de erros que o Projeto de Resolução apontou: a) — o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e coletivo; b) — impedir que as funções do Comitê Central continuem sendo, na prática, usurpadas pelo Presidium e pelo Secretariado, assim como as funções dos Comitês Regionais, Zonais e Distritais o sejam pelos respectivos Secretariados; c) — elaborar e adotar normas que impeçam, efetivamente, os métodos de excessivo centralismo e cominem penas para os dirigentes (camaradas e organismos) que violarem as regras da democracia interna e cometerem repetidamente atos de mandonismo, de repressão aos que criticarem e do incentivo à prática do culto à personalidade; d) — assegurar o livre debate, na imprensa do Partido, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade pessoal; e) — assegurar à minoria o direito de manter e defender sua opinião, sem prejuízo do

princípio que estabelece o rigoroso cumprimento, por parte da minoria, das resoluções tomadas pela maioria.

3 — Além dessas medidas constantes, em tese, do Projeto de Resolução do Comitê Central, algumas outras poderiam desde logo ser postas em execução, tais como: a) — aproximar as direções das bases e das massas adotando como orientação que uma parte dos membros dos organismos dirigentes, inclusive do Comitê Central, seja ligado à produção, o que implica também num combate ao burocratismo; b) — assegurar no mais curto prazo as eleições de baixo a cima em todo o Partido, eliminando a prática das cooptações ou nomeações de cima para baixo; c) — garantir o cumprimento do dispositivo estatutário de prestação periódica de contas de todas as atividades, de cima a baixo, ressalvadas as questões de segurança; d) — eliminar as medidas punitivas à base de «delitos» de opinião, partindo da preliminar de quem deve julgar a todos nós é nosso Partido e que isto breve poderá ser feito no V Congresso; e) — encurtar os prazos entre as reuniões plenárias de organismos dirigentes e usar o método de convidar camaradas mais ligados ao trabalho prático dando-lhes o direito de voz; f) — estimular o debate, respondendo nos termos estabelecidos pelo Projeto de Resolução e da orientação traçada na carta de Prestes. A censura deveria limitar-se tão somente aos problemas da segurança, dos princípios do Partido e à linguagem, respeitada a ética jornalística; g) — criar nesta fase pregressiva de debate um clima democrático capaz de assegurar que os trabalhos do futuro V Congresso se realizem num ambiente diverso daquele em que se processaram os do IV Congresso.

Creio que as sugestões acima propostas contribuirão para desenvolver o espírito de camaradagem entre os comunistas, para estimular a crítica e a autocritica, para o fortalecimento da unidade e combatividade do Partido, para o reforço e ampliação de nossos efetivos, para a construção de um grande Partido de massas.

Eis, camaradas, algumas idéias e sugestões que exponho ao debate. Creio que elas — se justamente encaminhadas — poderão criar as condições para a luta e para a vitória da legalidade do Partido e ajudar um pouco o processo revolucionário do nosso povo em busca de um futuro melhor.

Rio, 15 de março de 1957.

AGILDO BARATA

LIVRARIA INDEPENDÊNCIA

	CR.\$
F. Engels -- Anti-Duhring (castelhano)	210,00
Souvenirs Sur Lénine	132,00
G. H. Bousquet-Adam Smith	140,00
Henri Mougins -- La Sainte Famille Existentialiste	50,00
G. Plekhânov -- Les Questions Fondamentales du Marxisme	88,00
K. Marx, F. Engels -- Etudes Philosophiques	55,00
F. Engels: El Origen de la Familia la propiedad privada y el Estado	80,00
V. Lenin -- El Estado y la Revolución	60,00
F. Engels -- Ludwig Feuerbach y el fin de la Filosofia Classica Alemana	60,00
Henri Claude -- Les Monopoles Contre la Nation	198,00
Jean Romeuf -- Dictionaire des Sciences Economiques	528,00
Israel Epstein -- From Opium War To Liberation	100,00
Teng Tse-Houei -- Rappor Sur le Plan D'amenagement Complet du Fleuve Jaune et de mise en Valeur de ses Ressources hydrauliques	80,00
Constitution of the Peoples Republic of China	80,00
Mao Tse-Tung -- La Democratie Nouvelle	80,00
Aristóteles Moura -- O Dólar no Brasil	250,00
K. Marx, F. Engels -- Obras Escolhidas -- 1º vol.	90,00

RUA DO CARMO, 38 — SOBRELLOJA

TELEFONE 52-3483

A Democratização e a Unidade do Partido

Não posso me furtar ao desejo de fazer algumas observações ao artigo do camarada Agildo Barata (L. P. — 27-1-57). Para melhor sistematização, numerarei as observações. Assim:

1 — Inicia o referido artigo uma afirmação que, a meu ver, constitui a premissa de todas as teses e propostas do camarada A. Barata. Vamos ao trecho: «O movimento operário e comunista mundial sofre uma de suas mais gigantescas crises». Discordo, por duas razões:

— em primeiro lugar, o termo crise tem um significado preciso para os marxistas-leninistas. Crise é um fenômeno resultante do choque, particularmente acirrado, de contradições antagônicas. Existem contradições antagônicas no seio do movimento comunista? Respondo pela negativa, porque concordo inteiramente com o que nos ensinam os camaradas chineses. Mas, esta seria a maneira mais fácil e cômoda de refutar o camarada Agildo. A meu ver, não existem contradições antagônicas no seio do movimento comunista, porque não estamos em presença de nenhum movimento que pretenda negar o marxismo-leninismo como ciência de libertação do proletariado. O que se pretende, na luta contra o culto à personalidade, é a correção de todo um sistema de erros que constituem verdadeira distorsão dos princípios marxistas-leninistas. Não se trata de substituir princípios marxistas-leninistas. Trata-se de combater o dogmatismo que anulava a dialética, abeirando-nos do escolaticismo. Trata-se de restabelecer os princípios marxista-leninistas em toda sua força de guias para a ação, contra teorias e práticas que os desfiguravam. Constitui isto contradição antagônica? Nunca! Estas são as contradições não antagônicas, são as contradições que existem normalmente no seio do movimento comunista, ou seja, a luta contra os desvios. É verdade — e querer negar isto é querer ignorar a realidade — que o choque das contradições não antagônicas no seio do movimento comunista, neste momento, assume características especiais, exatamente porque o sistema do culto à personalidade tinha como centro um líder da envergadura e do prestígio do camarada Stalin. Isto deu particular relevo e força às teorias errôneas, às distorsões do marxismo-leninismo. Desarraigá-los de todos nós, não é tarefa fácil. Exige luta interna, luta de princípios, vi-

IVAN CUNHA

(Minas Gerais)

gilância ideológica. Exige, portanto, medidas excepcionais, tão excepcionais como o presente debate público, tão excepcionais como a convocação de Congressos especiais por todos ou quase todos Partidos Comunistas.

— em segundo lugar, se existisse crise, como quer o camarada Agildo, existiriam os vestígios materiais dessa crise, conforme tão bem assinalou o camarada João Amazonas, isto é, a União Soviética e o campo socialista estariam se enfraquecendo em proveito do campo imperialista. Aliás, neste ponto, estou inteiramente de acordo com os camaradas Amazonas e Etelvino Pinto e não mais me alongarei por julgar inteiramente dispensável.

2 — Partindo da existência de «gigantesca crise» no movimento operário e comunista mundial, o camarada Agildo vai aprofundando-se, ou melhor, atolando-se, e diz: «A verdade, em nossos dias, tal como em dias passados, só pode surgir do choque violento — por vezes brutal mesmo — dos conflitos de contrários em presença». Acharo que existe crise, o camarada admite, implicitamente, a existência de contradições antagônicas no seio do movimento comunista mundial. E a única maneira de encontrar a solução, no caso das contradições antagônicas, é o choque violento. Assim foi no caso de contradição entre bolcheviques e mencheviques. Assim foi também no caso da luta contra a facção trotskista. Isto significa, portanto, que as contradições não antagônicas, existentes normalmente no seio do movimento comunista, podem, em condições especialíssimas, evoluir para contradições antagônicas. Será que é este o caso atual? Acho que não, bastando examinar as características da luta interna existente no seio do movimento comunista neste momento. Como já assinala no item anterior, trata-se de uma luta contra distorsões de princípios marxista-leninistas. Mas, poderão dizer: — os trotskistas também se diziam marxistas, constituíam também e portanto, um desvio do marxismo e a luta contra eles assumiu a forma de choque violento. Basta ler o folheto de Stalin, intitulado «A Luta contra o Trotskismo» e veremos que as características daquela luta interna foram outras, bem diversas das características da luta interna atual. Trotsky e seu grupo defendiam princípios errôneos com unhas e dentes, descambando depois para a prática de atos de sabotagem e traição ao regime soviético. E no momento atual, o que vemos? Existe algum grupo defendendo as teses errôneas de Stalin, criando facções para a ação organizada? Existe algum grupo ou facção defendendo a necessidade de padronizar em todo o mundo as formas de transição para o socialismo? Ou a necessidade de preservar as formas stalinianas nas relações da União Soviética com as demais nações socialistas? Ou ainda a necessidade de impedir o restabelecimento dos princípios de direção coletiva, etc.? Acho que não. Existem — e não podemos ignorar — resistências (às vezes até sérias) à correção das teorias e práticas errôneas em que vimos atuando até agora. Mas, não poderia ser de outra maneira. Errado estaria, se todos, sem discrepância, passassem a trabalhar e a pensar de maneira certa, por efeito apenas das críticas feitas no XX Congresso do P. C. U. S. E é bom que se diga que estas resistências existem em todos nós, mais em uns do que em outros, mas em todos. Em uns a resistência é sutil; em outros é aberta e clara. Mas, todos nós resistimos à correção dos erros e estas resistências só serão quebradas e vencidas no processo da luta interna que travamos. Nesta luta interna, o debate público que ora se desenvolve é parte importante e indispensável, assim como o V Congresso já convocado representará sua etapa decisiva. Este é o caminho normal de solucionar as contradições no seio do Partido e não o caminho do choque violento como o quer o camarada Agildo.

3 — Eis porque discordo profundamente da proposta do camarada Agildo de fazer «urgentemente» (este é o seu termo), modificações no Presidium e no Secretariado do Comité Central. Em princípio, não podemos nos colocar contra a possibilidade de vir a ser necessárias modificações no Presidium e no Secretariado do C.C. Estas modificações podem até tornarem-se imperativas. Mas, por que o camarada Agildo as quer tão depressa, urgentemente mesmo? Estamos apenas no início da luta interna justa e necessária nas fileiras do Partido. Por que então escalar, desde já, os «Stalins botocudos», conforme diz o camarada Agildo? É o próprio camarada que condena este método em seu artigo ao dizer, textualmente: «Não creio que alguém houvesse sido estranho a esses métodos forçados no ambiente avasador do «culto à personalidade» (refere-se ao mandonismo etc. — I. C.), culto que, de resto, não era senão também uma das consequências dos próprios métodos. E nem creio tampouco que se trate de escalar entre nós alguns Stalins botocudos. Quem de nós escaparia?» Em que ficamos, então, com as pretendidas modificações no Presidium e no Secretariado? O camarada Agildo não aponta nomes, é verdade. Mas, um dos seus seguidores, o camarada Júlio Teixeira, do R. G. do Sul, já começou escalar nominalmente os «Stalins botocudos». E se, no processo da luta interna que travamos, alguns desses camaradas que são apontados como os «Stalins botocudos» (termo desrespeitoso com o qual não concordo), fizerem uma auto-crítica satisfatória, tanto teórica como prática, como justificar as pretendidas modificações? Estas modificações tão apressadas (constituem, a meu ver, repetição dos métodos errados que estamos condenando tão vigorosamente. Mas, a minha discordância do camarada Agildo neste terreno, não fica apenas aí. Vai mais longe. Discordo também da maneira de propor estas modificações. Ora, só o C. C. pode fazer modificações no Presidium e no Secretariado. Por que então

o camarada Agildo vem defender, fora do C. C., esta proposta?

Este método conduz ao divisionismo, ao fracionismo. Este é um método antipartidário porque fere a disciplina e põe em risco a unidade do Partido. A disciplina e a unidade do Partido impõem limitações rígidas à liberdade do camarada Agildo e de cada um de nós, porque, como comunistas, temos um conceito científico de liberdade, aquele enunciado por Engels: «A liberdade é o conhecimento da necessidade». Sei que surgem muitos preconceitos quando alguém invoca, neste momento, a necessidade de manter a disciplina e a unidade do Partido, exatamente porque, no ambiente do culto à personalidade, tínhamos uma compreensão deformada do que fosse unidade e disciplina em nossas fileiras. Mas, o que não se pode é, a pretexto de combater incompreensões sobre a disciplina e a unidade, negar a necessidade delas para a existência do Partido, assumindo posições de conteúdo anarquista. O camarada Agildo tem liberdade de manter seus pontos de vista e lutar por eles, mas, dentro do organismo a que pertence, em se tratando desta questão de modificações no Presidium e no Secretariado do C.C. Esta é a limitação imposta pela necessidade de manter a unidade do Partido. Ou o camarada Agildo procede assim, ou estará condenado a desempenhar o triste papel de eco, em nossas fileiras, dos esforços do inimigo para destruir nosso Partido. Sim, o inimigo, neste momento, dispense esforços gigantescos para desmoralizar o comunismo, para isolar a União Soviética das demais nações socialistas, para desagregar cada P.C. Na Hungria, seus esforços encontraram eco nas fileiras do Partido. A chamada oposição, com Nagy à frente, trouxe para fora do Partido problemas que deveriam ser resolvidos dentro do Partido. A luta justa contra a camarilha Rakosi-Geroe foi desfigurada, ganhou um conteúdo divisionista, do qual o inimigo soube aproveitar-se. O resultado todos nós conhecemos. Aqui no Brasil, os imperialistas ianques comandam descaradamente a ofensiva contra nosso Partido que constitui a maior ameaça aos seus apetites colonialistas na América Latina. Basta abrir os jornais da chamada imprensa sadia e veremos como o inimigo concentra seus esforços contra os comunistas e nacionalistas. Uma onda de anticomunismo é artificialmente criada. O governo do sr. Kubtschek começa a ceder: — fecha entidades patrióticas e democráticas, entrega Fernando de Noronha e prepara-se para novas e mais sérias concessões (minérios atômicos, novas faixas do nosso território e até o petróleo). Por outro lado, o inimigo acompanha atentamente o nosso debate. Vez por outra deixa transpirar algumas observações, numa atitude típica de quem está «lançando verde para colher maduro...». Primeiro disseram que havia luta interna no Partido entre Prestes e J. Amazonas. Com o artigo deste último rebatendo ao camarada Agildo, já mudaram, dizem agora que a luta é entre Prestes e Agildo. Assim está no órgão dos «Diários Associados» de B. Horizonte.

Outro jornal da Capital mineira fez longa análise da Resolução do C. R. do Vale do Rio Doce, acoidando-a de «fritório» no P.C. de Minas Gerais. Sabemos também que a Cruzada do Pena Boto já chegou a congratular-se em cartas, com alguns articulistas. Ai está a prova de que o inimigo está atento, pronto a aproveitar-se da menor brecha em nossas fileiras. Se o presente debate transcorrer dentro das limitações naturais assinaladas pelo camarada Prestes em sua carta ao C.C., o inimigo não terá onde apegar-se. Mas, se no debate começarmos a proceder como quer o camarada Agildo, dentro em breve o inimigo poderá cantar seus êxitos. Não é por acaso que o artigo do camarada Agildo apareceu em muitas cidades do Brasil em cópias datilografadas e até em folhetos. Quem está por trás disto? Talvez até alguns elementos honestos estão indo de cambulhada, prestando um desserviço quando pensam estar ajudando. O P. não pode se transformar em «balão de caranguejos»!

4 — Também discordo do camarada Agildo quando, numa atitude semelhante à de «porco falando do toucinho», referindo-se ao CC. RR., CC. ZZ. e CC. DD. diz: «São ajuntamentos de camaradas e não organismos de um Partido que tem no centralismo democrático (grifado por ele) um dos seus princípios diretores». Em primeiro lugar, que autoridade tem o camarada Agildo para invocar o centralismo democrático, quando ele mesmo o viola grosseiramente? Constitui eu não violação do centralismo democrático a atitude do camarada Agildo que, derrotado em suas propostas no CC., vem para fora do organismo para defender e lutar por elas? Em segundo lugar, se os citados organismos não realizarem as conferências exigidas pelo Estatuto, foi porque as indispensáveis normas orgânicas não estão elaboradas pelo CC. O que fez o camarada Agildo para elaborá-las antes? Tenha certeza absoluta que o camarada Agildo nunca reclamou contra isto antes de seu artigo. Por que este «estalo de Vieiras» agora? Será porque as diversas Resoluções desses organismos, já publicadas em nossa imprensa, não rezam pela constituição do camarada Agildo? Este também é um assunto interessante, trazido para fora como o fez o camarada Agildo, com tribui, na prática, para alertar a reação. O camarada Júlio Teixeira, do R. G. do Sul, já anuncia aos quatro ventos a Conferência do C. R. gaúcho. E, o que é mais grave: — vai realizar, aquele C. R., sua Conferência por cima do C. Central, sem as normas orgânicas exigidas pelo centralismo democrático. Está ou não o camarada Agildo contribuindo para transformar o Partido em «saco de gatos»? E a quem aproveita esta situação?

Conclusão:

É uma só: o camarada Agildo que venha a público novamente. Então saberemos se ele está apenas equivocado.

OS CLASSICOS DO MARXISMO

Já está à venda o primeiro volume, da série de três, das OBRAS ESCOLHIDAS de K. Marx e F. Engels, reunindo alguns dos mais importantes trabalhos desses dois fundadores do socialismo científico.

Obra de indiscutível valor para os que desejam possuir melhores conhecimentos da economia política, da filosofia e do materialismo histórico.

Vol. de 480 páginas, impresso em papel Bouffant de 1°, capa em cartão cromo duplex — Cr\$ 90,00.

ATENDEMOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL — PEDIDOS A

EDITORIAL VITORIA LTDA.

R. Juan Pablo Duarte, 50 - Sob.

Algumas Questões Sobre o Trabalho Juvenil

SIMÃO GORENDER

O XX Congresso do P.C.U.S. despertou nos comunistas de todo o mundo a necessidade de um profundo reexame autocrítico de sua atividade, descobrir e corrigir todos os males causados pelo sistema do culto à personalidade. Ao lado dos êxitos do movimento comunista, êxitos gigantescos e de escala mundial, o XX Congresso revelou uma série de erros, distorções e até de crimes cometidos durante a vigência do sistema do culto à personalidade, colocando na ordem do dia de todos os partidos comunistas a necessidade de uma revisão de toda a sua atividade política, de volta à aplicação dos princípios leninistas, brutalmente violados, como condição indispensável para o avanço.

Era de se esperar que esta denúncia e esta atitude aberta de crítica revolucionária iria reacender o furor do imperialismo. Era de se esperar que o inimigo procurasse provar que os erros e crimes constituíam algo inerente ao Socialismo. Era previsível que sua propaganda penetrasse até mesmo em alguns setores do Partido, e, ao lado da perplexidade inicial, surgisse uma atitude de desconfiança e de descrença na sorte e nos objetivos do próprio movimento comunista. Entretanto, e disto estamos firmemente convencidos, por mais chocantes e violentas que sejam as consequências momentâneas da denúncia dos erros e crimes cometidos, como consequência do sistema do culto à personalidade, esta denúncia será, apesar de tudo, profundamente benéfica para o movimento comunista e terá um efeito duradouro para o movimento operário internacional.

Os acontecimentos denunciados pelo XX Congresso emocionaram o movimento comunista mundial e também o brasileiro. Sem negar os êxitos do Partido Comunista do Brasil, sem esquecer o sacrifício de seus militantes na luta pelos interesses da classe operária e do povo brasileiro, devemos reconhecer que aqui, as consequências do culto à personalidade foram particularmente profundas, predominando durante largo período em toda a atividade partidária o dogmatismo, o embotamento do espírito criador inerente ao próprio marxismo. Atesta este fato toda a história de nosso Partido, ao longo de 34 anos de incessante atividade, a pobreza de elaboração no terreno da teoria, a cópia das conclusões e das experiências dos demais partidos comunistas, em especial do P.C.U.S., sem levar em conta as diferenças históricas características da sociedade brasileira. «Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e de do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o P.C.U.S. em muitas formas de construção do Partido, apesar da extrema diversidade de condições», diz o Projeto de Resolução do Comitê Central. E neste documento, de abertura oficial dos debates, o CC «recomenda que o estudo e a discussão das principais questões levantadas pelo XX Congresso do P.C.U.S. sejam feitos simultaneamente com o exame crítico aprofundado das posições e da atividade de nosso Partido».

Diante disso, o Partido deve encarar seriamente a sua atividade passada, tirando de toda a sua experiência, os elementos indispensáveis para fixar a sua norma de conduta para o futuro. As altas responsabilidades que o Partido tem diante da classe operária e do povo brasileiro, a missão histórica de enorme envergadura que lhe cabe cumprir, nos impõem uma atitude de seriedade revolucionária, de análise crítica profunda de toda a nossa atividade. Esta busca científica para encontrar as soluções para os vários problemas que a vida nos coloca não pode ser tolhida, quaisquer que sejam os pretextos, parta de onde partir, porque será profundamente prejudicial à vida do Partido. Esta situação «anormal» no Partido deve constituir o normal em sua atividade, faz parte da luta pela democratização do Partido.

—

Entre as questões em discussão se incluem as que se relacionam com a atividade de massas do Partido. Pretendemos examinar apenas um dos aspectos do trabalho de massas do Partido, o trabalho entre as massas juvenis. Como é sabido, o Partido elaborou uma tática para este trabalho, numa resolução do CC que veio à luz em 1950. A U.J.C. foi a forma de organização que a direção do Partido tomou a iniciativa de criar, como instrumento para ganhar e colocar sob sua direção as grandes massas da juventude.

Dado este passo inicial, a direção do Partido lavou as mãos, abandonou o trabalho juvenil. Foi revista a tática para outras frentes do trabalho de massas do Partido, a exemplo do trabalho sindical e do trabalho feminino. A própria política geral do Partido, traçada em 1950 pelo manifesto de Agosto foi modificada pelo Programa do Partido, aprovado em Novembro de 1954. Estranhamente, o trabalho juvenil não mereceu a atenção do Partido, a despeito de sua grande importância, e principalmente porque à cargo da U.J.C. estava a direção do movimento estudantil, a parte mais sensível e combativa da intelectualidade brasileira. Por outro lado, era tolhida pela burocracia existente, inclusive pelo Presidium do CC, qualquer tentativa de reexame aprofundado das questões do trabalho juvenil.

Com os acontecimentos do XX Congresso e sua repercussão no movimento comunista brasileiro, com o surgimento do Projeto de Resolução do Comitê Central, com o fecundo debate que se iniciou no Partido, pública e internamente, os militantes da U.J.C. julgaram chegada a hora de examinar, de maneira a mais aberta e democrática possível, a tática traçada pelo Partido para o seu trabalho com a juventude. Ao lado do estudo da realidade da juventude brasileira, procurou-se investigar com espírito crítico e autocrítico, todo o passado de seis anos de atividade da U.J.C.. Este processo de discussão, apesar de inúmeras falhas, foi o mais amplo e democrático já realizado na U.J.C., tendo como coroamento a realização da II Conferência Nacional, em princípios de Janeiro.

A discussão levou a Conferência a uma série de conclusões com as quais concordo plenamente. Entre elas destacamos as seguintes:

1. A tática traçada pelo Partido para o trabalho entre as massas da juventude, em agosto de 1950, não corresponde à realidade e é profundamente inadequada para atingir os objetivos a que se propõe. A reorganização da U.J.C. não foi feita após um estudo da realidade da juventude brasileira, mas copiada, mais ou menos arbitrariamente, da solução tática dada por partidos de outros países para a realização do trabalho juvenil, principalmente do P.C.U.S. e do Komsomol. A U.J.C. não correspondia a uma necessidade da juventude brasileira. Durante os anos de sua atividade, a U. J. C. foi sempre uma organização estrelta e sectária, ocupada permanentemente com as tarefas de agitação do Partido.

2. Não existe no Brasil um movimento juvenil, perfeitamente configurado e caracterizado. É claro que, como uma parcela da população, a juventude tem problemas comuns (condições de vida, de trabalho, de recreação, de estudo, o problema do próprio futuro, o desenvolvimento da própria personalidade, a contribuição para o progresso e o desenvolvimento da pátria). Mas a simples existência destes problemas não basta para a configuração de um movimento juvenil. Seria necessário, para tanto, que os jovens tivessem consciência coletiva destes problemas, procurassem resolvê-los, na colaboração com os adultos mas independentemente deles, através de organizações especificamente juvenis, organizações gerais ou específicas por ramo de atividade.

Tomemos, por exemplo, a juventude operária. Pode-se dizer que existe um movimento juvenil operário? Ou o justo seria dizer que existe um movimento operário do qual pertença a juventude operária? A experiência de atuação da U.J.C. mostra exatamente isto. O mesmo acontece com os esportes, que englobam em nosso país, uma imensa quantidade de jovens. É entretanto, um movimento misto de jovens e adultos na sua quase totalidade dirigido pelos adultos. E, em suma, um movimento esportivo comum a jovens e adultos, muito embora haja nele um grande número de jovens.

3. O único setor de trabalho da U.J.C., que constitui efetivamente um movimento consciente e organizado é o estudantil, notadamente os universitários. Daí os êxitos de nossa atuação, a partir da F.J.C.B., no sentido de organizar nacionalmente o movimento estudantil. Esta organização atendia, realmente, a uma necessidade do movimento estudantil. Por outro lado, constatou a Conferência, que em grande número de Regionais, a U.J.C. não tinha capacidade para dirigir o movimento estudantil, causando sérios prejuízos ao movimento geral patriótico e democrático.

4. Com a reorganização da U.J.C. o Partido se preocupou, ou melhor, abandonou o trabalho juvenil. E no entanto, a U.J.C. como forma tática de organização adotada pelo Partido para o trabalho entre as massas da juventude, revela-se cada dia, ser um instrumento precário e mesmo inadequado, impossibilitada de cumprir com as tarefas que lhe cabiam. Apesar do esforço e da combatividade dos jovens comunistas, revelando muitas vezes, abnegação e heroísmo, apesar dos relativos êxitos nos eventos internacionais e de ter contribuído com destaque nas campanhas pela paz, pela democracia e pela independência nacional, bem como nas campanhas eleitorais, a U.J.C. após seis anos de existência nunca conseguiu atingir os seus objetivos, apesar das inúmeras tentativas de mudanças de métodos e formas de organização.

As contradições em seu próprio seio, uma organização ilegal e de massas, independente e sem partido, não podiam livrá-la da burocracia e do sectarismo, sobretudo por não haver um movimento que lhe correspondesse.

5. O P.C.B. é a vanguarda da classe operária, força dirigente do povo brasileiro. Dirige as grandes massas de nosso povo no sentido de seu objetivo final que é a construção da sociedade comunista.

Não se trata de abandonar o trabalho dos comunistas entre a juventude. Trata-se, ao contrário, de encontrar os melhores caminhos para a sua realização. Neste sentido, deveríamos ganhar a juventude, não como uma camada à parte, mas integrada nas diferentes classes e camadas sociais. Trata-se de substituir o trabalho, até aqui realizado pela U.J.C., de forma geral, criando uma instância burocrática entre o Partido e as massas, por um trabalho diversificado, dentro de cada ramo de atividade e levando em conta a diversidade de características da juventude nos diversos setores da juventude.

No entanto, é perfeitamente compreensível que os estudantes, por determinadas características, entre as quais o problema da idade, sobretudo com os secundários, de acordo com a Resolução da II Conferência, resolvessem criar uma organização própria, dirigida e orientada pelo Partido, em vez de se integrar na organização partidária dos comunistas.

Em relação aos jovens operários, o caminho provado é a sua integração no Partido, procurando reforçar o movimento sindical através de atividades recreativas, culturais e esportivas. O mesmo deve acontecer com os jovens esportistas e camponeses. Por outro lado, a educação dos jovens no espírito do marxismo-leninismo constitui uma tarefa permanente do Partido, não se justificando a existência de uma organização nacional apenas para tal fim.

Acreditamos que o caminho justo para a modificação da concepção do Partido sobre o trabalho juvenil, será uma resolução do Comitê Central do P.C.B., a quem foi confiada a solução deste problema. De nada adiantarão medidas administrativas, de superfície, se não empreende a dis-

culsação para encontrar o justo caminho de uma modificação tática mais profunda.

—0—

Era de se esperar que esta discussão, colocada no terreno concreto de um exame autocrítico de determinada frente de trabalho do Partido, preconizando a necessidade de uma modificação na tática dos comunistas em relação ao trabalho entre os jovens interessasse vivamente o Partido em seu conjunto. Tal atitude, entretanto não se verificou. A princípio as direções mais responsáveis conservaram-se mais ou menos indiferentes à discussão, para assumir posteriormente uma posição de hostilidade, velada em princípio e aberta depois. O C.R. Rio, chamado a opinar, negou-se a fazê-lo, sob a alegação de que o Partido não tinha pósto na Ordem do Dia a discussão das questões referentes à U.J.C., o que constitui, na prática, uma violação do Projeto de Resolução do CC, que estimula a discussão autocrítica de todos os problemas. Uma série de obstáculos, tais como a negativa de divulgar os materiais da Conferência, a completa omissão das direções do Partido na discussão, foi interposta ao estudo vivo e fecundo desta questão. Parece que há o temor de que esta discussão venha a servir de exemplo para impulsionar a autocrítica do Partido no trabalho de massas. Uma coisa é pacífica para todos: — é necessário modificações em nosso trabalho com as massas juvenis. E o entrave à busca de soluções justas para este trabalho não cabe, de forma nenhuma, aos partidários da dissolução, como pretende fazer crer o camarada Valter Pomar, em seu artigo publicado na «Imprensa Popular» de 27-2-1957.

Por outro lado, uma série de argumentos muito grosseiros, estão sendo arguidos contra todos aqueles que ao discutir os problemas do trabalho juvenil, concluíram pela necessidade de uma revisão radical na tática do Partido, neste particular. Em geral, são argumentos que não se enquadram no mérito da questão, revelam a tendência à fuga em relação à necessidade de enfrentar este problema. Surge a tendência de que a discussão nos moldes em que se processou, constitui um abuso de confiança, já que a orientação em vigor estava expressa na Resolução do C.C., de agosto de 1950. Esta resolução deveria ser defendida por nós nas discussões. Em nossa opinião, não procede tal afirmativa, desde quando o Projeto de Resolução assegura e impõe o dever a cada comunista de revêr o seu trabalho, com espírito criador e sentido autocrítico. O que se fez na U.J.C. foi apenas proceder um estudo da realidade da juventude e da prática de seus anos de atividade e opinar sobre a tática que deveria ser empregada pelos comunistas, reservando-se ao Comitê Central, órgão máximo do Partido, a solução definitiva do assunto. É falso, do ponto de vista científico, que devamos chegar a determinadas conclusões, expressas de antemão, como verdades absolutas. O estudo da realidade, a investigação, a crítica da prática são condições elementares para o surgimento do novo no estudo de qualquer fenômeno. Partir das conclusões, para o estudo e não do estudo para as conclusões, seria subverter o próprio processo de conhecimento da realidade, seria querer enquadrar a realidade nos limites de umas tantas verdades absolutas, as quais no caso particular da U. J. C., foram negadas pela prática da vida diária. Isso faz nos lembrar a história daquele cidadão, que dizia ao pretendente de uma das suas três filhas: «Pode escolher à vontade, desde que se case com a Maria».

Outra tentativa de desvirtuar os debates é a de colocar a etiqueta de «liquidacionista» a todos aqueles que advogam a dissolução da U.J.C. e a necessidade da direção direta do Partido, de forma diversificada, para o trabalho com a juventude. Pela lógica do camarada Valter Pomar, expressa no artigo já citado, a dissolução da U.J.C., como decorrência da autocrítica de seus erros, poderia levar à dissolução do Partido, porque este também errou muito. O Partido tem tido acertos e cometido erros. Um dos aspectos de seus erros diz respeito à concepção do trabalho entre as massas juvenis. A modificação de sua tática neste particular, e a dissolução da U.J.C. é apenas um aspecto do trabalho do Partido (em muitos países, como por exemplo a China, a Itália, etc., e mesmo no Brasil, já foram dissolvidas as organizações tipo U.J.C., sem que isto significasse liquidacionismo) que, em vez de enfraquecer, possibilita ao Partido o seu reforçamento através de outras formas de ligação com as massas juvenis. Tudo quanto lemos e estudamos sobre o liquidacionismo, como tendência no movimento operário, diz respeito apenas às tentativas de liquidar o Partido, de deixar o proletariado sem o seu Estado Maior. Esta tendência foi combatida e derrotada no movimento comunista russo, no período anterior à vitória de Outubro, em outros Partidos e também no nosso, nos anos da guerra antifascista, recebendo um golpe de morte na Conferência da Mantiqueira. Qualquer militante da U.J.C., que tem dedicado os melhores anos de sua vida à luta de libertação de nosso povo e pretende continuá-la como militante do Partido, caso seja aceita a dissolução da U.J.C. pelo Comitê Central, sente-se indignado com a pecha de «liquidacionista». O documento da Conferência não levanta nenhuma questão sobre a liquidação do P.C.B.. Lá se encontra, pelo contrário, uma questão concreta, avessa, por sua essência, a toda e qualquer idéia de liquidacionismo: — o problema de como o Partido pode e deve dirigir as massas da juventude.

Estas e outras formas de desvirtuamento dos debates são lançadas, criando confusão, tentando coagir, na prática, a livre discussão dos problemas teóricos, políticos e táticos que enfrentamos no momento. Qualquer tentativa de entrar a discussão e confundir o esforço honesto dos militantes, na pesquisa e estudo dos vários problemas em debate, não ajuda a classe operária, ao contrário, prejudica os esforços dos comunistas no sentido de reforçar a frente única, num momento em que aumenta a pressão do imperialismo norte-americano sobre a nossa pátria.

Dispostos a Ir à Luta os Trabalhadores do Moinho Inglês

AUMENTO GERAL DE SALÁRIOS, REIVINDICAÇÃO GERAL DA CLASSE — EXPLORAÇÃO DESUMANA DOS TRABALHADORES DO MOINHO INGLÊS — MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE TODOS OS TRABALHADORES EM MOINHOS

O Moinho Inglês, com seus 5.000 trabalhadores, distribuídos pelas várias empresas que o constituem, é uma das mais importantes empresas do D.F. Na seção de tecidos, na fábrica de biscoitos, no almoxarifado, os operários enfrentam enormes dificuldades e são vítimas das mais diversas formas de exploração. Muitos não recebem ainda, até hoje, o salário-mínimo decretado a 1º de maio de 1956.

A TURMA GERAL
A turma geral trabalha no embarque e desembarque do trigo. São mais de 50 operários que realizam um trabalho pesado, insalubre sem que tenham proteção adequada, nem receber a taxa de insalubridade (30 por cento sobre o salário) a que têm direito.

Trabalham com rações balanceadas, sujeitos a inspi-

rar uma quantidade excessiva de pó, que vai pouco a pouco roubando-lhes a saúde. A empresa não podendo fugir ao que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, fornece uma espécie de máscara que de pouco serve ao trabalhador, pois não está de acordo com os requisitos exigidos.

A taxa de insalubridade, conquistada assegurada pela legislação a todos aqueles que trabalham em atividades nocivas à saúde, não é paga pelo Moinho Inglês, sob a alegação de que não tem direito a ela quem ganha mais que o salário-mínimo. Isso não passa de mentira, para enganar os operários.

SEÇÃO DE TECIDOS
Nessa seção, os operários trabalham por tarefa, sendo que muitos não conseguem alcançar no fim do mês o atual salário-mínimo (Cr\$

3.800,00). São ao todo cerca de 2.200 operários.

Até hoje, não receberam a diferença de salário dos meses de agosto e setembro de 1956, quando foi decretado o novo salário-mínimo.

Inúmeras reivindicações têm os tecelões do Moinho Inglês: as refeições fornecidas pelo SAPS deixam muito a desejar a quantidade é menor do que quando os próprios operários se serviam no refeitório do SAPS e, além disso, já não recebem mantelga, como antigamente.

Os operários são vítima, muitas vezes, de mudanças arbitrárias de seção, com redução de salário; encarregados de seção chegam mesmo a usar de violência contra os operários, pela mínima falta cometida. Além disso, devido aos baixos salários que percebem, são os trabalhadores obrigados a fazer empréstimos, a juros usurários.

NA FÁBRICA DE BISCOITO
Os trabalhadores do biscoito são dos mais explorados. Ganham a título de apenas o salário-mínimo e os mais antigos, mais Cr\$ 1,00 por hora.

Hoje o Moinho Inglês só



Trabalhadores do Moinho Inglês debatem com o repórter seus problemas e reivindicações

admitir novos trabalhadores pagando salário-mínimo, qualquer que seja o trabalho que o operário vá executar. Antigamente, o Moinho equipava o trabalhador, ao fim de 6 meses, às novas funções que desempenhava, promovendo-o e aumentando seu salário. Hoje, admite um novo trabalhador, na mesma categoria

de um antigo, mas com salário-mínimo.

MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Obrigados a trabalhar em velhas máquinas, que exigem um esforço excessivo do operário, sucedem-se os acidentes no Moinho. Recentemente, uma trabalhadora perdeu 3 dedos da mão, na seção de biscoito, durante o trabalho. Tratava-se de uma menor, de 15 anos de idade.

A fim de não gastar dinheiro com a ampliação das seções e a compra de máquinas novas, o Moinho obriga os operários a fazer serviços permanentemente. Isso prejudica sua saúde.

Outra forma de exploração adotada pela empresa foi a redução das três turmas, que funcionavam antigamente, para duas. Dal resultou que o trabalho de cada operário é hoje muito mais intenso. Cada operário é obrigado, na prática, a trabalhar mais duas horas por dia.

Os armários, que devem ser individuais, para guardar a roupa dos operários, são motivo de constante aborrecimento: ao invés de estarem colocados um ao lado do outro, facilitando assim a sua utilização, há armários inferiores e superiores. Estes últimos são um tormento, porque é preciso fazer muitas ginástica para conseguir tirar a roupa de dentro dele.

As mulheres, em grande número na seção de tecidos e no biscoito, não têm vestiários, onde possam trocar de roupa. São obrigadas a fazê-lo atrás das máquinas, submetendo-se a vexames.

A COOPERATIVA DEVE PASSAR PARA AS MÃOS DOS OPERÁRIOS

Existe no Moinho Inglês uma Cooperativa, destinada a vender gêneros alimentícios aos trabalhadores associados. Mas acontece que os gêneros são muito mais caros que em qualquer outro lugar. E o pagamento tem que ser feito à vista. Além disso, faltam sempre inúmeras mercadorias.

Isso acontece porque a Cooperativa não é dirigida pelos próprios trabalhadores. É a gerência da empresa que indica a diretoria da Cooperativa, não havendo, assim, eleição.

A administração da Cooperativa tem sido tão irregular que recentemente o Conselho Fiscal recusou o relatório da Diretoria.

Os Estatutos da Cooperativa prevêm a realização de eleições para a Diretoria, mas até agora isso não ocorreu. Trata-se de fazer cumprir essa determinação, passando de fato a Cooperativa para as mãos dos trabalhadores.

LUTA GERAL POR AUMENTO DE SALÁRIO

Reunidos em assembleia, os trabalhadores em moinhos, empregados nos setores de fabricação de massas e biscoitos, acabam de discutir a resposta patronal ao aumento de salários que reivindicam. Os patrões negam-se a dar qualquer aumento, alegando a existência de grandes estoques e as restrições de crédito que sofrem por parte do governo.

Diante dessa atitude, os trabalhadores estão dispostos a recorrer à greve, se necessário, para conquistar melhores salários.

Não Podem os Têxteis Aceitar O Pêso das Dificuldades dos Patrões

Já não se pode ocultar que a indústria têxtil do país vem passando uma fase dura, como há muitos anos não atravessava. A imprensa diária constantemente dá notícias dos estoques acumulados, da redução da jornada de trabalho, da onda de demissões de operários e de maiores dificuldades para os trabalhadores têxteis.

Em carta enviada a este jornal, acabamos de tomar conhecimento da situação que atravessam os operários da Fábrica Cometa de Petrópolis. Devido à acumulação de estoque de tecidos, tanto na fábrica Cometa do Alto como na Cometa do Meio estão em vias de serem afastados do trabalho cerca de 140 operários. Até mesmo operários com nove anos de casa estão ameaçados pelo desemprego.

ADIADO O I CONGRESSO SINDICAL EM MINAS GERAIS

Intensa repercussão vem tendo em todo o Estado de Minas a realização do I Congresso Sindical, a ponto de se tornar necessário o seu adiamento, de 6 de abril, como estava previsto inicialmente, para a segunda quinzena de junho, a fim de possibilitar um melhor debate do temário e a maior participação dos sindicatos e associações de todo o Estado.

Mais de 60 sindicatos já manifestaram sua solidariedade ao Congresso. Várias concentrações preparatórias foram realizadas nas mais importantes cidades mineiras, reunindo dirigentes sindicais do Estado para debater questões do temário. Em Juiz de Fora, Nova Lima, Lafaiete, São João del Rey, Cataguazes, Barbacena, Monlevade, Montes Claros, Governador Valadares, além de várias outras cidades, a preparação é intensa.

Do Congresso poderão participar representantes de Sindicatos e de Associações profissionais, eleitos em assembleia. Inúmeros delegados já foram eleitos.

A Comissão Executiva, presidida pelo líder sindical Can-

dido Siqueira, tem recebido numerosos abaixo-assinados de operários, aplaudindo a iniciativa da realização do Congresso.

O governador Bias Fortes, atendendo os membros da Comissão Executiva, comprometeu-se a ajudar os trabalhadores na realização de seu Congresso. Também o prefeito de Belo Horizonte, Sr. Celso Azevedo, prometeu uma ajuda de Cr\$ 75.000,00. O Ministro do Trabalho prometeu uma verba do fundo sindical, para o custeio das despesas com o Congresso, mas até agora não concretizou a promessa.

A reforma da previdência social, que constitui o primeiro ponto do temário do Congresso, vem sendo amplamente debatida nos sindicatos, despertando enorme interesse, em virtude da ameaça de anular a legislação atual, através de lei que se discute atualmente no Parlamento.

Diante da enorme amplitude já alcançada com a preparação do I Congresso Sindical, tudo faz prever que o conclave seja coroado de pleno êxito.

INTENSIFICA-SE A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Por outro lado, os patrões, tendo em vista amenizar suas próprias dificuldades, intensificam a exploração da classe operária. Assim é que, aproveitando-se da grave situação dos têxteis, os patrões os induzem a assinar contratos de um ano e até de meses, com evidente prejuízo para os trabalhadores, no que diz respeito ao direito de férias, de estabilidade e outros direitos consignados na legislação trabalhista.

EM DUAS DIREÇÕES A LUTA DOS TÊXTEIS

Está claro que a grave situação por que atravessa a indústria têxtil tem suas raízes na atual política do governo do sr. Juscelino Kubitschek. Faltam aos industriais de tecidos mercados para a colocação da produção. Internamente, o nosso mercado se acha atrofiado pela crescente carestia de vida, pela redução ininterrupta do salário real de todas aquelas pessoas que vivem de salários, ordenados e vencimentos. O aumento nos salários, obtido às custas de ingentes lutas dos trabalhadores, é logo absorvido pela corrida alstista dos gêneros alimentícios.

Se fôsse melhor o poder aquisitivo da nossa população, está claro que este problema que hoje enfrenta a indústria de tecidos não se daria de modo tão grave. A realidade é que, enquanto aumentam os estoques de tecidos nos armazéns das fábricas, o nosso povo está praticamente despido.

No que diz respeito ao mercado externo, é sem dúvida nenhuma criminosa a posição do governo que, com sua política, fecha os nossos portos ao intercâmbio comercial com imensos mercados do campo socialista.

Por outro lado, os nossos industriais reclamam contra a restrição de crédito aplicada por parte do governo do sr. Juscelino, sob o argumento de que o crédito fornecido não é aplicado na indústria têxtil.

Nestas condições, os operários têxteis se vêem na contingência de dirigir sua luta em duas direções. Ao mesmo tempo que devem atrair para uma ação comum contra a po-

lítica interna e externa do governo os industriais de tecidos, devem lutar para impedir que os patrões joguem sobre os seus ombros, todo o peso das dificuldades que ora enfrentam o setor têxtil. Os operários na indústria de tecidos não podem assistir de braços cruzados ao desemprego, à redução de seus salários, aos contratos lesivos, enfim ao aceleramento da sua exploração por parte dos patrões. Ao mesmo tempo, para fazer frente a este estado de coisas, o justo caminho deve ser o fortalecimento da sua unidade dentro do seu órgão de classe — o sindicato.

Em Convenção os Ferroviários do Brasil

Instalou-se no dia 4 do corrente mês, na Capital da República, a II Convenção dos Ferroviários do Brasil. A ela compareceram representantes das organizações de ferroviários de todo o país a fim de debaterem importantes assuntos de interesse da classe, entre os quais o veto do Presidente da República ao projeto de lei que cria a Rede Ferroviária Federal S/A e o Estatuto dos Ferroviários.

E' o seguinte o temário da Convenção:

1 — Veto do Poder Executivo ao projeto número 1.907-52, que cria a Rede Ferroviária Federal S.A.

2 — Transformação da CAFESP em Instituto e sua administração (projeto nº 2.119-56)

3 — Estatuto dos Ferroviários;

4 — Aposentadoria aos 30 anos de serviço.

Uma questão que empolga a grande massa de ferroviários e a que se refere ao veto presidencial às emendas aprovadas pelo Senado e pela Câmara de Deputados, em benefício dos ferroviários.

Alguns dos dispositivos vetados referiam-se à aplicação da legislação trabalhista aos empregados da RFSA, ao direito assegurado aos servidores das ferrovias de propriedade da União e por ela administradas de optar,

dentro do prazo de seis meses, pela manutenção da qualidade que possuem ou pela transferência para os quadros da RFSA. Outros parágrafos vetados regulamentavam os casos de opção e asseguravam aos ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas dos quadros e das tabelas das estradas de ferro federais incorporadas, o direito a aposentadoria, na forma do artigo 180 da lei número 1.711, de 28-10-52.

Os ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e da Estrada de Ferro Santa Catarina, beneficiados pelo artigo 17 do projeto, sofreram também os efeitos do veto.

Vê-se assim que o sr. Juscelino Kubitschek vetou justamente os dispositivos que beneficiavam os ferroviários e resguardavam seus direitos na passagem para a Rede Ferroviária S.A.

A II Convenção dos Ferroviários do Brasil foi convocada para discutir, entre outras, essa importante questão e traçar as medidas a serem tomadas, numa ampla campanha nacional pela derrubada do veto.

Nota da redação: Em nossa próxima edição daremos noticiário detalhado sobre os trabalhos da II Convenção dos Ferroviários.

Em Luta os Trabalhadores de Carris Urbanos

Em assembleia realizada no último dia 2 do corrente, deliberaram os trabalhadores da Carris Urbanos do Distrito Federal, conceder um último prazo à Light, para resolver a questão do aumento de salário. Esse prazo terminará no dia 9 próximo. Se até lá nada ficar resolvido, os tra-

balhadores estão dispostos a ir à greve. Um acordo foi assinado a 22 de janeiro deste ano, entre os trabalhadores e a empresa, em que esta se comprometia a conceder aumento de salários, desde que a Prefeitura do DF autorizasse o aumento das tarifas. No

entanto, uma assembleia realizada no Sindicato dos Trabalhadores de Carris Urbanos, posteriormente, decidiu conceder à Light um prazo de 30 dias, independentemente de qualquer majoração de tarifas, para que fizesse o pagamento do aumento. Esse prazo se extinguiu a 21 de

março passado. Mas até hoje, a empresa imperialista nada fez.

Alguns dias antes de 21 de março, uma comissão de trabalhadores procurou o Prefeito, pleiteando a solução rápida da questão. Ainda dessa vez, nada foi decidido.

Agora, diante da intransigência da Light, que procura, como das vezes anteriores, jogar os trabalhadores contra a população — pois exige a majoração das tarifas para poder pagar o aumento de salários — os trabalhadores irão à greve.

Também como das outras vezes, a Light alega a existência de um deficit de um bilhão de cruzeiros, nos últimos 10 anos, no serviço de bondes. Mas para dizer isso, gasta centenas de milhares de cruzeiros, em matéria paga, em todos os jornais cariocas, procurando taxar a greve de ilegal. Isso é querer passar por cima da própria Constituição que assegura o direito de greve.

Nova manobra do Prefeito é a nomeação de uma Comissão, para fazer devassa na escrita da Light e verificar se ela pode ou não pagar o aumento de salários. Manobra já desmoralizada porque nem o povo nem os trabalhadores acreditam mais nisso. Para fazer realmente uma devassa, era preciso que a Prefeitura fizesse a intervenção na Light e controlasse diretamente sua renda diária.

Os trabalhadores não estão

mais dispostos a aceitar de longas. Existe o exemplo recente dos trabalhadores do gás, em S. Paulo, que tiveram que recorrer à greve para conquistar aumento.

Essa a razão porque os trabalhadores de Carris Urbanos decidiram dar poderes à Diretoria e à Comissão de Salários para marcar dia e hora para a greve, se até o dia

9, não for resolvida a questão do aumento a partir de 21 de fevereiro.

E o aumento deve ser concedido sem qualquer majoração de tarifas, pois não se pode admitir exploração ainda maior do povo carioca, já tão sacrificado pelos sucessivos aumentos dos preços de todos os gêneros de 1.ª necessidade.



Movimentam-se em todas as seções os trabalhadores da Carris

A VITÓRIA DOS OPERÁRIOS DO GÁS EM SÃO PAULO

Grande vitória conquistaram os trabalhadores do Gás, na capital paulista. Ante a paralisação total dos serviços a Câmara Municipal decretou a intervenção na empresa, subsidiária da Light.

Como em todas as suas concessões de serviço público, a Light exigia o aumento das tarifas do gás em S. Paulo como condição para atender a melhoria dos salários de fome de seus operários. A Câmara Municipal negava a majoração das tarifas e os trabalhadores continuavam na mesma insuportável situação. Em grande assembleia decretaram a greve, por unanimidade, e os serviços de gás da cidade foram paralisados, muito embora o governador houvesse determinado ao Corpo de Bombeiros que substituisse os operários. Sem capacitação profissional, os bombeiros não puderam suprir o trabalho dos empregados do Gás, estes se mantiveram firmes e unidos e a Câmara adotou a resolução certa, de intervenção na empresa para conceder o justo aumento dos salários sem majoração de tarifas.

Neste momento em que os trabalhadores da Carris, da capital da República, em vigorosa assembleia, manifestaram a sua firme determinação de não mais aguardar as manobras protelatórias da Light que exige novo aumento das passagens dos bondes, é da maior importância o exemplo dos operários do Gás da capital paulista. Não podem os trabalhadores aguardar indefinidamente, mesmo porque os aumentos devem sair dos fabulosos lucros da Light e não de novas majorações nas tarifas.

Os trabalhadores do gás de S. Paulo voltaram ao trabalho logo depois que foi anunciada a decisão da Câmara. Atendimento dos justos reclamos dos trabalhadores da Light, sem majoração de tarifas, intervenção na empresa se for necessário, eis a lição da greve do gás na capital paulista.

CRIAÇÃO DOS CONSELHOS SINDICAIS DA CNTI

Está constituído o Conselho Regional da CNTI do Rio de Janeiro, assim como em muitos Estados da Federação. Eles permitem a unificação das forças dos trabalhadores da indústria e de suas entidades sindicais, em torno dos problemas imediatos e de outros que demandam uma luta mais longa dos trabalhadores de todas as categorias profissionais da indústria, comércio e transportes.

Participam do Conselho

Regional diretores das Federações e Sindicatos filiados à CNTI, com base territorial no Estado, membros dos Conselhos Fiscais das Federações e Sindicatos nas mesmas condições, dos membros dos Conselhos de Representantes das Federações filiadas, também com base territorial no Estado, um membro das Comissões de Estudos Sociais das Federações e Sindicatos filiados, designados pelas Diretorias das respectivas entidades e do Delegado da CNTI, onde houver Delegacia. Além desses elementos tomam parte os representantes dos trabalhadores nos Conselhos Fiscais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Compete a esses Conselhos Regionais opinar, dar sugestões e tomar iniciativa de trabalhos sobre problemas sindicais e sociais para ser dirigido a CNTI e colaborar na realização das pesquisas e estudos que forem solicitados pela CNTI.

O Conselho Regional da CNTI no Rio de Janeiro já realizou várias reuniões tendo tomado algumas medidas. Entre elas a luta pela concessão do Abono de Natal, tendo a CNTI por proposta do Conselho Regional, lançado uma proclamação e se dirigido às organizações patronais, ao Presidente da República, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

Na reunião do dia 12 p.p. foi lido um importante documento que será enviado ao Presidente da República sobre a política de restrição de crédito e o fechamento de empresas industriais. Nesse sentido se prepara uma grande entrevista com o governo a fim de que se estude medidas para resguardar os interesses dos trabalhadores e da economia nacional, atacada pelos trusts e monopólios que querem impedir o progresso do país.

Uma das mais importantes decisões do Conselho Regional do Rio e que vai valer para todo o país é a criação de Comissões de Estudos Sociais em cada Federação e Sindicatos, o que permitirá a que em cada entidade sindical se possa debater os problemas mais fundamentais dos trabalhadores, com a participação direta deles. Esta constitui uma das mais importantes medidas tomadas. Nesse sentido a CNTI já comunicou a todas as entidades sindicais essas iniciativas e se espera que em breve já estejam funcionando todos os Conselhos Regionais e as Comissões de Estudos Sociais.

MENSAGEM DO C.E. GOITACAZES AO C.C. DO PCB

Recebemos com pedido de publicação mensagem do C. E. «Goitacazes» de que destacamos os seguintes trechos:

«Ao ensejo do 35.º aniversário do PCB, que hoje se comemora, queremos saudar esse grupo de valerosos camaradas que na direção do Partido têm sabido manter bem alto e com admirável firmeza a bandeira da luta pela emancipação e progresso de nossa Pátria.

As brutais perseguições, as calúnias e os crimes cometidos contra o nosso Partido, neste duros 35 anos de vida ativa, não conseguiram liquidá-lo, mas ao contrário, ele se fortalece, se retempera e se torna mais capacitado para as lutas futuras.

Sabemos que os imperialistas e seus agentes, procuram, agora mais do que nunca, minar e cindir a solidariedade internacional do proletariado, mas por isso mesmo, agora, como nunca, queremos unificar solidamente o nosso Partido com a tolerância e a compreensão que o momento exige.»

CONVOCADO O CONGRESSO NACIONAL DOS METALÚRGICOS

Preparam-se os metalúrgicos para a realização de seu Congresso Nacional, ainda no corrente mês. Inúmeros problemas de interesse geral da classe, como a luta pela extinção do Decreto n.º 9.070, apoiada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores, a ameaça que pesa sobre a estabilidade — direito conquistado há longos anos, a situação da indústria nacional que enfrenta sérias dificuldades — serão debatidos no Congresso.

Minas Gerais deverá ser o local escolhido para se de o importante conclave, por ser um dos mais adiantados estados do Brasil, no setor metalúrgico e porque isso significará importante ajuda ao movimento sindical naquele Estado.

A Comissão Permanente do Congresso, constituída dos mais expressivos líderes metalúrgicos de todo o país empenha-se na preparação in-

tensa da reunião. A data de 9 de abril foi escolhida como data nacional da categoria, em homenagem ao 1.º forno siderúrgico do Brasil que entrou em funcionamento a 9 de abril de 1940. Nesse dia será promovida uma festa em Volta Redonda, de confraternização dos metalúrgicos.

Tudo indica que a conferência nacional será um importante fator de mobilização e união dos metalúrgicos de todo o país, em defesa de seus direitos e reivindicações.

A CAMPANHA DE . . .

(Conclusão na 4.ª Página) membros veteranos do Partido constituem a espinha dorsal de nosso trabalho, em vários aspectos. Numerosos quadros dirigentes, com capacidade e caráter, foram treinados durante a longa luta revolucionária do Partido. Os membros antigos são um precioso tesouro do Partido. Mas, como provou a experiência de todos esses anos, é fácil para nossos membros contaminarem-se de burocracia, quando o Partido está no poder. Tal situação obriga-nos a lançarmos numa nova campanha de retificação em todo o Partido, com o objetivo de corrigir a maneira de pensar e o estilo de trabalho dos quadros.

Em conclusão: Se a próxima campanha de retificação for realizada com êxito ajudará a elevar bastante a capacidade de nosso Partido em dirigir a construção socialista e desempenhará um grande papel no impulsionamento da grande causa da construção de uma China socialista. O objetivo com que comemoramos hoje a campanha de retificação, em Yenan, há 15 anos atrás, é tornar claro esse ponto.

VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17.º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:

Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 2,00 |

Goiás e interior de Amazonas e Territórios 4,00 |

Outros Estados 3,00 |

M. Gerais 2,50 |

SUCURSAS:

SAO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28. 2.º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3.º and. — s/ 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).

JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4.

SAUDAÇÃO AO 35.º ANIVERSÁRIO DO PCB

Os comunistas de Ibioporã saúdam a data de 25 de março de 1957, 35.º aniversário do PCB, olhando com entusiasmo as lutas árduas, as vitórias e os êxitos alcançados pelo Partido em todos esses anos. Nosso Partido adquiriu grande experiência na luta contra o imperialismo norte-americano, pela paz e pelo progresso da classe operária, durante as lutas por seus direitos e reivindicações. Nesta hora em que cerramos fileiras contra a entrega de Fernando de Noronha, prometemos ajudar o Partido e lutar até a vitória final.

SEMANA DE SOLIDARIEDADE AO POVO ARGELINO

Federação Sindical Mundial acaba de lançar um Manifesto aos trabalhadores e sindicatos de todos os países, para realizar de 7 a 14 de abril próximo uma semana de ação e de solidariedade internacional aos trabalhadores e ao povo da Argélia, pela cessação das hostilidades e por seu direito à autodeterminação.

A FSM conclama todas as organizações sindicais e todos os trabalhadores a lutar pela imediata libertação dos trabalhadores e patriotas encarcerados; pelo exercício dos direitos sindicais; pelas liberdades democráticas; pela melhoria de nível de vida

dos trabalhadores; pela cessação do fogo, pela libertação nacional e a soberania dos povos da Argélia.

Conclui o manifesto: «Ao chamar aos trabalhadores e a seus sindicatos à ação comum pelas justas aspirações nacionais do povo argelino, a FSM expressa uma vez mais sua oposição de princípio ao sistema colonial e sua constante solidariedade aos povos que lutam por sua independência.

«Viva a solidariedade operária internacional pelo término da guerra na Argélia e o direito dos povos desse país à sua livre autodeterminação!»

Desprezo Pela Saúde Dos Operários da Fábrica Elgim

MOGI DAS CRUZES, S.P. — Na fábrica Elgim, deste município, existe uma série de irregularidades que estão causando um crescente descontentamento entre os 600 operários que ali trabalham. Nas seções de pintura, base e niquelação, onde, em virtude mesmo da nature-

za do trabalho, cada operário recebia um copo de leite por dia (a cota que devia receber era de um litro). Não mais estão recebendo. Há algum tempo atrás passou pela fábrica um certo cidadão que se dizia funcionário do Departamento do Trabalho e alegou que o leite recebido pelos operários não prestava, por não contar nenhuma substância nutritiva. Com essa afirmação, a direção da fábrica suspendeu o fornecimento do leite ruim, porém não deu mais nenhum outro.

Determinados serviços que eram realizados por quatro operários, estão sendo feitos agora por dois, no mesmo tempo de trabalho, mas com maior esforço físico dos operários, que são obrigados a intensificar o ritmo da produção.

Existem na fábrica cerca de 100 operários de menor idade, que são explorados ao extremo. Seus salários são 50

por cento menores do que o salário de um operário adulto, embora realizem o mesmo trabalho. Ainda assim, alguns deles viram seus salários reduzidos de 12 para 7 cruzeiros a hora.

Tal estado de coisa está levando e levará inevitavelmente os operários à luta contra a exploração e a opressão a que estão submetidos pelos senhores da Fábrica Elgim.



CORRENTE DE OURO PARA VOZ OPERÁRIA

Significativa festa teve lugar no dia 25 de março findo, na residência do sr. Arnaldo de Souza Aguiar, em Itaperuna. Reunindo em sua casa dezenas de pessoas, o sr. Arnaldo comemorou festivamente a passagem do 35º aniversário do Partido Comunista do Brasil.

Pelos presentes foi enviada uma mensagem de congratulações à VOZ OPERÁRIA e ao mesmo tempo nos foi remetida uma corrente de ouro, como ajuda ao nosso jornal.

Aos patriotas de Itaperuna, os agradecimentos de VOZ OPERÁRIA.

Nas três seções acima referidas, trabalham cerca de 150 operários. Em virtude de se trabalhar com processos químicos, prejudiciais à saúde dos trabalhadores, essas seções são consideradas insalubres, mas a fábrica não está pagando a taxa insalubridade, como determina a legislação trabalhista.

A seção de niquelação é abafada, com ventilação insuficiente, o que vem prejudicando a saúde dos operários que ali trabalham.

REDUÇÃO DOS SALÁRIOS E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Recentemente foram demitidos cerca de 30 operários.

Voz dos Leitores

Salário de Fome na Granja Hiraí

MOGI DAS CRUZES, S.P. — Escreve-nos um leitor: No quilômetro 17 da Estrada de Casa Grande, neste município, encontra-se instalada a Granja Hiraí, propriedade do sr. Rubens de Tal, na qual trabalham 50 assalariados num regime de exploração jamais conhecido nesta região. Os salários que percebem nem sequer se aproximam do salário-mínimo da região que é de Cr\$ 3.200,00. Além da exploração nos salários, os trabalhadores são ainda explorados no armazém da Granja onde tudo é vendido por preços mais altos do que em qualquer outro lugar. Como se isso não bastasse, o armazém ainda cobra mais cinco por cento sobre as compras, num acintoso e revoltante assalto à bolsa do trabalhador.

SALÁRIOS MISERÁVEIS
Os salários pagos pela Granja do sr. Rubens são miseráveis. A turma da cocheira ganha mil e quinhentos cruzeiros por mês cada homem.



Os trabalhadores de menor idade, embora fazendo o mesmo serviço e trabalhando o mesmo número de horas, ganham apenas 600 cruzeiros, o que nos dá bem uma idéia de como são vilmente explorados aqueles jovens. Os que trabalham na turma do engarrafamento, ganham apenas 1.400 cruzeiros e os tiradores de leite ganham 1.750 cruzeiros por mês.

Isso não é tudo. Na parte da lavoura a exploração é também desenfreada. Os lavradores recebem de 40 a 50 cruzeiros por dia, enquanto os de menor idade recebem os 20 a 25 cruzeiros.

PERSEGUIÇÕES DOS FEITORES

Na granja impera a perseguição aos trabalhadores, que são acossados aos gritos dos feitores. Entre estes destaca-

Os períodos de trabalho são ocupados por turmas que se revezam. A turma da cocheira, por exemplo, pega às 7 horas e trabalha até às 16,30 sem nenhum descanso, a não ser alguns minutos para engolir a magra refeição da hora do almoço. A turma da noite pega às 21 horas e trabalha até às 4 horas do dia seguinte também sem descanso. Essa turma trata do engarrafamento do leite. Uma terceira turma pega às 24 horas e só larga às 5 horas do dia seguinte. São os tiradores de leite.

Nesse trabalho que fazem à noite é utilizado grande número de mulheres, que a isso se sujeitam para poder ganhar mais um pouco de pão para os filhos.

se o carrasco Geraldo de Almeida e um tal de Iro. A granja vende o leite tipo «A» a 18 cruzeiros o litro. A produção diária da

Granja é de 1.000 a 1.200 litros de leite. Por aí pode-se ver o lucro do sr. Rubens enquanto que os seus trabalhadores passam fome.

POSTA RESTANTE

RECEBEMOS notas do nosso leitor Joel Guimarães Pinheiro sobre dispositivos da Constituição de São Paulo que determinam a desapropriação de terras inaproveitadas para a sua entrega aos que nela quiserem trabalhar, sob pagamento a longo prazo. Muito grato. DO NOSSO correspon-

dente em João Pessoa recebemos recortes de jornais sobre a conferência do deputado Jacob Frantz, anteriormente por nós noticiada. Grato. DE RIBEIRÃO PRETO, recebemos do leitor Nazareno Ciavatta duas cartas com as datas de 20 e 27 de março último sobre assuntos diversos. Agradecemos.

SAUDAÇÃO DO C.R. DO PARANÁ AO C.C. DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Recebemos, com pedido de publicação, um manifesto do Comitê Regional do Paraná do PCB dedicado ao 35º aniversário do Partido Comunista do Brasil.

Em seu manifesto, dizem os comunistas paranaenses: "O Comitê Regional do Paraná do PCB saúda e solidariza-se inteiramente com o Comitê Central do Partido pela justa orientação marxista-leninista que vem imprimindo ao nosso Partido, principalmente no momento atual, em que os imperialistas norte-americanos, embora sem nenhum êxito, tentam dividir o movimento comunista mundial e o nosso Partido".

Acrescenta o manifesto: "No ensejo do 35º aniversário de nosso Partido, conclamamos todos os militantes a festejar de todas as formas possíveis e com o mais redobrado vigor essa importante data de nosso povo, pois, assim damos uma prova da unidade férrea de nossas filiais, tão odiada pelos nossos inimigos externos e internos. Concitamos também as massas trabalhadoras e o povo em geral a se unirem mais e mais em torno das palavras de ordem de nosso Partido, reforçando sua unidade e organização para deter a ofensiva feroz do imperialismo norte-americano em nossa Pátria, dar um paradeiro na carestia da vida e defender as liberdades democráticas e sindicais".

Uma importante conclamação acaba de ser lançada ao povo de Barra do Piraí, progressista município do Estado do Rio, por personalidades e pessoas das mais variadas tendências políticas e das mais diversas condições sociais. Nesse documento apuseram suas assinaturas: professores, médicos, comerciantes, estudantes, industriários, operários, lavradores, funcionários públicos, comerciantes, etc. numa afirmação incontestável de que, através dessas assinaturas, está fielmente representado o povo barrense.

A conclamação tem um aspecto que devemos ressaltar. Trata-se dos nomes que encabeçam a lista de assinantes, compostos de ex-combatentes da gloriosa Força Expedicionária Brasileira. Eles, que em campos da Itália lutaram contra o fascismo, pela liberdade e por uma vida melhor, voltam à luta quando a ameaça à paz, à segurança e à felicidade do nosso povo se evidencia, e com sua autoridade encabeçam a conclamação que depois de lembrar as promessas traídas de JK e o erro que cometeu alienando a soberania nacional, assim conclui:

"Com este ato ilegal, porque inconstitucional, envereda o Senhor Doutor Juscelino Kubitschek e seu governo para uma orientação política contrária aos interesses e à tradição pacifista de nosso povo. Nossos problemas estão a exigir de S. Excia: uma política pacifista que atenda às aspirações e reivindicações mais sentidas e urgentes do povo bra-

BARRA DE PIRAÍ

Por Uma Política Pacífica Que Atenda às Aspirações do Povo

sileiro. Exigem medidas de congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade e, que venham dar paradeiro à crescente carestia de vida, incentivo à produção, com amparo às populações do campo, através de uma reforma agrária democrática; mais escolas para o povo; e milhares de problemas que necessitam que o governo tome medidas urgentes e concretas, voltado para os interesses do povo brasileiro. Não devemos estar voltados para os que querem a destruição da humanidade. Queremos viver em paz com todos os povos. A guerra destrói e a paz constrói a felicidade e o bem-estar dos povos! Hoje mais do que nunca precisamos observar o perigo que atravessa nossa Pátria. Chamamos a atenção do povo barrense e, em particular dos representantes do povo nas Assembleias Municipais, Estaduais e Federais para o GRAVE

PERIGO que representa a instalação de bases de armas atômicas em território brasileiro, pois ficaremos sem possibilidade de defesa de tão terrível e moderna arma de um País estrangeiro, aqui instaladas.

Conclamamos o povo barrense, a todos os trabalhadores, homens e mulheres, jovens, católicos, espíritas, às associações de classes, clubes esportivos, empregados no comércio, negociantes, funcionários, donas de casa, os políticos locais, os diretórios de todos os partidos, os candidatos às futuras eleições, a nos unirmos numa ação comum pela defesa da paz, de nossa soberania, das liberdades públicas, do progresso e do bem-estar de nosso povo.

Exijamos do Congresso Nacional, através de memoriais, telegramas, abaixo-assinados aos representantes do povo, ao Conselho de

Segurança Nacional, ao Supremo Tribunal Federal para que ANULE a entrega ilegal de FERNANDO DE NORONHA e defenda a soberania da nossa PÁTRIA BRASILEIRA!

BARRA DO PIRAÍ, MARÇO DE 1957

Antônio Barbosa — Ex-Combatente da FEB; Alberico Guimarães, — Herói da FEB; Waldir França, — Ex-Combatente da FEB; Luiz Lima de Carvalho, — Ex-Combatente da FEB; José Bertagnoni, — Ex-Combatente da FEB; dr. Rosemar Pimentel, — Professor; dr. Jorge Carvalho da Silva, — Médico; Almir Mendes Avellar, — Comerciante; Antônio Guimarães Gomes, — Barbeiro; Humberto Silveira, — Comerciante; José da Silva, — Ferroviário; Joaquim Gonçalves Dias, — Secretário da Associação dos Vestuários de Barra do Piraí; José Gomes, — Servente, e muitas outras assinaturas.

DEFESA DA SOBERANIA DA PÁTRIA BRASILEIRA

Este vigoroso e patriótico documento está tendo a mais ampla divulgação entre a população e sua repercussão já atinge outros municípios vizinhos. Cópias deste documento foram enviadas a todas as Câmaras Municipais do Estado do Rio, a todas as prefeituras do Estado, à Assembleia Legislativa fluminense, ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional, aos líderes da maioria e da oposição, ao Ministério da Guerra, à Associação dos Ex-Combatentes e à imprensa.

FLAGRANTES da DEMOCRACIA SOVIÉTICA

Podem os Jornais Soviéticos Criticar Membros do Governo?

V. KUKINOVA

Podem os jornais soviéticos criticar membros do governo? Essa pergunta foi recentemente respondida na prática, quando o jornal «Pravda» (o de maior circulação na URSS) fez uma crítica aguda ao ministro da Indústria de Óleos, M. A. Yevseyenko.

Alguns leitores da região de Molotov queixaram-se de que haviam escrito ao ministro, mas não tinham obtido resposta — ao invés disso, sua carta fora remetida a outro departamento, ao qual diziam os autores amargamente, «nós não escrevemos e não pretendíamos escrever».

Talvez o ministro se dignasse agora responder a sua carta, desde que eles entregavam o assunto ao «Pravda»!

Esse é apenas um caso. Mas não será difícil encontrar muitos outros. Não faz muito tempo, o «Izvestia» publicou um longo artigo criticando o ministro das Ferrovias da URSS. E todas as reclamações eram feitas contra o ministro Beschev.

O jornal declarava que o próprio ministro adotava uma atitude formal em relação à importante tarefa de reduzir as despesas com o aparelho estatal e salientava que tal estado de coisas não poderia continuar.

Depois disso, mais uma vez, o «Pravda» publicou cartas de leitores da república caucasiana de Ossetia do Norte, criticando outro ministro, Isakov.

Essas críticas foram reforçadas por um cartaz expressivo, de autoria do conhecido artista soviético Boris Yefimov.

Todavia, não basta ser capaz de criticar! Será que essas críticas são levadas em consideração? Os jornais soviéticos julgam que sua missão não é apenas apontar os erros — mas têm também o dever de fazer que sejam corrigidos.

ALGUNS DETALHES

«Por quanto tempo ficará silencioso o camarada Orlov? eis a pergunta formulada».



SESSÃO DO DELEGADO AO SOVIET SUPREMO

lada em manchete pelo «Pravda», há poucos meses. O camarada Orlov em questão era o ministro da Indústria Madeireira da URSS, e o jornal estava indignado porque ele não havia respondido até então às críticas agudas feitas durante uma conferência e que «Pravda» lhe havia transmitido.

«Não se pode tolerar uma tal atitude em relação à crítica», dizia «Pravda». O jornal exigia que, uma vez tomadas as medidas para pôr fim às debilidades, o ministro devia informar ao público, a respeito, detalhadamente.

E assim, alguns números depois, encontramos uma declaração do ministro, admitindo a justeza da crítica, informando sobre o que já havia feito para eliminar as debilidades e o que pretendia fazer mais para melhorar o trabalho do Ministério.

Isso tudo está muito bem, poderão vocês dizer, mas só foram citados o «Pravda» e o «Izvestia». São jornais oficiais e por isso, talvez seja ali permitido criticar o governo e pela mesma razão, devam os ministros levar em conta o que eles dizem.

«Mas será que jornais não oficiais comuns ousam criticar da mesma maneira?»

«VOCES DEVEM!»

Bem, passemos a vista, por exemplo, na «Gazeta Literária», um jornal amplamente popular, publicado pela União de Escritores Soviéticos.

Numa edição recente, declarava o editorial «Vocês devem responder!» Esses «vocês» que deviam responder eram dois ministros — Mikhailov, ministro da Cultura, e Kalmykov, ministro da Indústria Radiofônica.

O editorial resumia numerosas críticas aos programas soviéticos de TV e afirmava que os referidos ministros não haviam respondido às mesmas.

Essa mesma edição dava, por acaso, a resposta recebida

de outro ministro, Psurtsev, às críticas que foram feitas através do jornal.

Seria fácil prosseguir, tomando como exemplo um jornal após outro. Mas penso que isso é suficiente para comprovar que a crítica aos ministros é não só permitida mas se realiza de fato!

Gostaria de dizer algumas palavras sobre as idéias que existem por trás tanto da pergunta como de sua resposta.

O fato é que a sociedade soviética, em geral, não receia a crítica de seus erros.

O POVO

O Estado soviético é um Estado jovem, foi formado em condições históricas difíceis e, naturalmente, não poderia ficar isento de erros.

Os erros que surgem inevitavelmente na edificação de algo novo e progressista podem ser revelados e corrigidos pelas próprias pessoas. Lênin colocava a questão da seguinte maneira:

«A classe operária não teme reconhecer que, na revolução, algumas coisas foram muito bem realizadas e outras não.»

«Todos os partidos revolucionários que desapareceram até agora, desapareceram porque se tornaram presumidos e foram incapazes de ver onde residia sua força e tinham medo de falar de seus erros.»

«Mas nós não desapareceremos porque não temos medo de falar de nossos erros e aprenderemos a superá-los.»

A questão da crítica, como vemos, foi colocada por Lênin de tal modo que se tornou não só «possível» mas «necessária», no Estado soviético.

A crítica e a autocrítica constituem um desenvolvimento natural e uma poderosa força, sem a qual o Estado soviético não pode existir nem desenvolver-se vitiosamente.



Os jornais soviéticos não só criticam o governo mas exigem a correção dos erros

Porque Foi Destituído um Deputado

Um membro do Parlamento — deputado ao Supremo Soviet da Letônia teve seu mandato cassado por seus eleitores, em janeiro do corrente ano. Esse acontecimento foi amplamente noticiado pela imprensa internacional.

Eis como Yuri Dmitriyev, jornalista soviético, explica esse fato, através das páginas do periódico «Soviet Weekly»: «Você esqueceu que deve a nós sua elevada posição. Nós erguemos você até essa posição e agora vamos colocá-lo no seu devido lugar.»

O deputado Gunar Podkain, sentado e com o rosto livido, ouvia essas palavras amargas, proferidas pelas mesmas pessoas que o haviam indicado e nele haviam votado há poucos meses, para representar Dundaga, uma pequena cidade no noroeste da Letônia.

Que é que tinha acontecido para provocar tal situação? Chefe de uma turma de tratoristas, numa Estação de Máquinas e Tratores, Podkain era bastante conhecido e parecia ser um trabalhador inteligente, consciencioso e eficiente.

Era jovem, mas bastante estimado e respeitado em toda a comunidade — sua indicação foi apoiada pelos kolkosianos da aldeia vizinha e pelo povo de Dundaga.

TRANSFORMAÇÃO

Com o decorrer dos meses, no entanto, o povo começou a observar que seu deputado já não era mais o rapaz sociável e esforçado que haviam eleito.

Tornara-se rude, arrogante e insolente. Começara a beber muito e em pouco tempo juntara ao seu redor um bando de amigos muito duvidosos. Já não tinha mais tempo para os seus velhos camaradas e amigos.

«Veja o que eu sou agora, disse ele para sua mulher, ao voltar de uma sessão do Supremo Soviet, em Riga.

«Veja como os meus serviços são valiosos! E você ainda é uma camponesa!»

Ele abandonou a família pouco depois disso e começou também a negligenciar seus deveres como deputado.

Não queria aborrecer-se com prestar informes a seus eleitores e de fato, começou mesmo a evitá-los.

Seus antigos amigos e eleitores esperaram por alguns

tempo, pensando que seu bom senso voltaria e que ele seria novamente o que tinha sido.

Alguns tentaram falar-lhe, a fim de fazer-lhe ver que seu comportamento estava errado e que estava perdendo o apoio de seus eleitores.

Mas Podkain só se preocupava com prestígio e privilégios e estava francamente amolado com os deveres decorrentes de seu posto.

EXIGÊNCIA

Reuniões foram convocadas para discutir a conduta do deputado e mais e mais, vozes se erguíam exigindo a revogação de seu mandato pelo eleitorado.

«Mas toda a Letônia ouvirá falar disso, alegavam alguns. Será uma desgraça! Que faziam vocês, que elegeram um tal deputado? perguntava o povo.

«E além disso, haverá muitas pessoas de má-fé que procurarão aproveitar-se disso. Poderão mesmo pensar que

existem muitos deputados iguais a esse».

Mas os primeiros ficaram firmes. «Isso é a força da democracia», afirmavam.

«Fomos nós próprios que cometemos o erro e nós teremos que corrigi-lo. Sem dúvida que isso será amplamente divulgado, mas talvez sirva de lição a outros deputados, que aprenderão a levar na devida conta a confiança nêles depositada».

E assim foi convocada uma reunião distrital — uma reunião diferente, mais parecida a um julgamento, mas aí os eleitores eram os juizes.

O deputado estava presente, bem como as pessoas que o haviam indicado.

«Quando indicamos Podkain, ele era um bom rapaz, disse um guarda-livros. Insisti com outros para votar nele, mas ele não é a espécie de deputado que desejamos e penso que deve ser destituído».

«Um deputado é um servidor do povo, ele expressa os sentimentos e interesses deste», — disse um tratorista da Estação de Máquinas e Tratores.

«Você deveria ter sido um dirigente político, mas você se transformou num bebedor e voltou as costas ao povo. Os tratoristas exigem a sua destituição».

Podkain ouviu em silêncio durante muito tempo, olhos no chão, mas afinal ergueu-se.

«Obrigado pela lição, disse ele. Eu não serei mais deputado, isso é evidente. Mas me esforçarei por ser novamente um bom trabalhador».

Foi enviada ao Soviet Supremo uma resolução, exigindo a revogação de seu mandato e pouco depois realizaram-se novas eleições.